

DEZENAS DE SINDICATOS ESTÃO REUNIDOS EM LISBOA

Depois
4/9/76

Nas instalações do Instituto Superior Técnico teve início esta manhã a Reunião Geral dos Sindicatos, com o objectivo de levantar o próximo Congresso; em consequência, estava aberta a todas as organizações sindicais, filiadas e não filiadas na Intersindical.

O início dos trabalhos estava marcado para as 10 horas, mas a grande afluência de delegados fez retardar a entrada até depois das onze horas. Assim, no momento em que fechamos esta edição, ainda não tinha sido possível obter informações sobre o número de Sindicatos presentes, e particularmente sobre a dúvida mais importante que se levantava, a ausência dos signatários da «Carta Aberta» ou de eventual presença de alguns deles.

De qualquer modo, podemos desde já adiantar que se encontravam presentes nas instalações do Instituto Superior Técnico, à hora da reunião, os Sindicatos filiados na Intersindical, bem como aqueles que constituem a chamada terceira linha, aos quais se apontam afinidades com a esquerda revolucionária. Segundo pudemos apurar, também se encontram presentes alguns sindicatos que subscreveram a «Carta Aberta», embora não

nos tenham dado informações sobre quais nem o seu número.

A posição de princípio dos sindicatos da «terceira linha», sumariamente exposta ao nosso jornal por um dirigente do Sindicato dos Têxteis, é a de lutar até ao fim pela unidade sindical, questão de fundo em que apoiam o secretariado da Inter. De facto, a unidade sindical e a unicidade são princípios programáticos sempre defendidos por aquele Sindicato. Sobre a ausência dos subscritores da «Carta Aberta» considerou-a contrária às regras democráticas que devem nortear a conduta dos trabalhadores e, a propósito, acentuou a necessidade de levar a discussão das divergências surgidas ao nível das cúpulas sindicais até à base: à discussão directa de todos os trabalhadores.

Sobre os resultados desta Reunião Geral, admitiu a possibilidade de sair eleita uma Comissão dinamizadora ou mesmo uma Comissão Organizadora do Congresso, a qual, no entanto, não deverá ser definitiva; por um lado, é necessário que a realização do Congresso seja posta em movimento; mas, por outro lado, importa fazer todos os esforços para evitar a ruptura do movimento sindical.

Em Vila Real

Reunião 3/9/76

SINDICATOS DISCUTEM CONGRESSO SINDICAL

Correspondendo à convocatória do Secretariado da Intersindical Nacional, sindicatos filiados e não filiados na Central Única dos trabalhadores portugueses, estiveram reunidos no passado dia 1 na sede da União dos Sindicatos de Vila Real, a fim de discutirem aspectos relacionados com a realização do próximo Congresso dos Sindicatos.

Na reunião, participaram os sindicatos mais representativos do distrito e, ainda, quatro delegações de sindicatos com sede noutros distritos.

Na opinião dos participantes, a reunião «resultou altamente construtiva, para a defesa da

unidade do movimento sindical». No decorrer dos trabalhos, foi aprovada por unanimidade a constituição de uma Comissão Dinamizadora Distrital, da qual farão parte todos os sindicatos, delegações e secções que a queiram integrar, juntamente com a União dos Sindicatos de Vila Real. Foi ainda aprovada uma moção apresentada pelo Sindicato da Construção Civil do distrito, na qual se propõe que na reunião que amanhã se realiza em Lisboa «se façam representar todos os sindicatos e delegações para que dela saia reforçada a unidade contra aqueles que querem dividir o movimento sindical português».

Plenário da Inter

Concretiza-se a rotura?

Realiza-se hoje, à porta fechada, o plenário nacional dos Sindicatos, convocado pelo Secretariado da Intersindical. O plenário, foi preparado por uma série de reuniões distritais, as quais, de uma maneira geral, apoiaram as teses da Inter. Diversos sindicatos, cuja linha obedece à orientação daquele Secretariado, publicam, entretanto, comunicados condenatórios das posições dos Sindicatos subscritores e apoiantes da «Carta Aberta».

Alguns sindicatos de linha democrática anunciaram a sua intenção de não comparecerem neste plenário nacional, dado que o Secretariado da Inter não satisfaz as condições exigidas na última reunião de Coimbra dos Sindicatos Democráticos. Foi também referida a possibilidade de, neste plenário, ser eleita uma Comissão Organizadora do Congresso dos Sindicatos, o que, a não comparecerem os representantes sindicais que se vêm opondo à linha intersindica-

lista, poderá contribuir decisivamente para a consumação da rotura no movimento sindical português.

Entretanto, o Sindicato dos Trabalhadores de Escritórios do Distrito de Lisboa tornou já ontem pública a sua decisão de não comparecer ao plenário, por considerar que este está contra os interesses dos trabalhadores e «vai eleger uma Comissão Nacional Organizadora do Congresso com a presença da costumada orquestra, que não passa de menos de metade

das Direcções Sindicais».

O comunicado do Sindicato dos Escritórios do Distrito de Lisboa defende que a Comissão Organizadora do Congresso «deve ser paritária», entre os sindicatos ligados à «Comissão de Redacção da Carta Aberta» e os apoiantes do Secretariado da Intersindical, e que se deve lançar um debate nacional sobre o problema, pois a maioria dos trabalhadores não sabe o que se passa sobre o Congresso».

1.ª reunião 4/9/76

INTERINDICAL

4/11/76

AFIRMA

DESPEJOS VIOLAM ARTIGO 65 DA CONSTITUIÇÃO

SOBRE o problema da habitação e dos despejos que ultimamente têm aumentado a um ritmo preocupante a Intersindical emitiu um comunicado, em que se afirma, depois da transcrição do Art.º 65 da Constituição:

«O Secretariado da Intersindical Nacional, atento aos problemas com que se defrontam os trabalhadores, considera gravemente lesivo do direito à habitação consagrado na lei fundamental os despejos de que estão a ser vítimas moradores e ocupantes pobres.

Ao primeiro Governo Constitucional — que em várias ocasiões tem afirmado ser o Governo de todos os portugueses — devem os trabalhadores lembrar que a sua constitucionalidade o vincula à defesa dos direitos fundamentais e constitucionais dos trabalhadores, que são a grande maioria dos portugueses.

Os trabalhadores devem exigir do Governo a aplicação do artigo 65.º da Constituição que nomeadamente determina: «3. O Estado adoptará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar

e de acesso à habitação própria.

O Estado e as autarquias locais exercerão efectivo controlo do parque imobiliário, procederão à necessária nacionalização ou à municipalização dos solos urbanos e definirão o respectivo direito de utilização.»

E mais adiante do extenso documento.

«O Secretariado da Intersindical considera inaceitável que, dois anos após o 25 de Abril, num regime democrático e na vigência de um Governo que se reclama do socialismo, se despejem, dos seus lares mais que modestos, as famílias da classe laboriosa, para aumentar os rendimentos de proprietários, que o são, normalmente, de vários blocos de habitações, e desfrutem de todas as condições

de espaço, conforto e higiene nas casas onde habitam.

Os trabalhadores são os primeiros a reconhecer que não é possível resolver, a curto prazo, o grave e complexo problema da habitação. Mas sabem que muito pode ser feito, e que tirar a habitação a quem já a possui não é, de certo, a forma mais justa e mais adequada de solucionar esse problema.

Os trabalhadores estão dispostos a todos os sacrifícios para reforçar a institucionalização da democracia e para que o socialismo seja um projecto viável. Mas que os sacrifícios não sejam pedidos apenas aos trabalhadores e que não sirvam para restituir aos capitalistas os seus antigos privilégios.

O Secretariado da Intersindical Nacional, certo de interpretar os sentimentos dos trabalhadores, considera da maior importância a luta pela defesa do direito à habitação condigna, e a oposição firme a todas as especulações capitalistas que privem as classes

mais desfavorecidas desse direito. Que as organizações dos trabalhadores exijam do Governo e da Assembleia da República a legislação para o tabelamento das rendas de casa, de forma que elas sejam compatíveis com os rendimentos familiares da maior parte da população. Que se aplique sem demora o regulamento das edificações urbanas, no que respeita às obras em habitações degradadas e sem condições de higiene e salubridade. Que as organizações populares (associações de inquilinos e comissões de moradores) responsabilizem as câmaras municipais pela inobservância da legislação, que contempla o problema da habitação e que lhes sejam atribuídos poderes e competência legais para procederem à distribuição das casas devolutas. que o art. 65.º da Constituição deixe de ser letra morta e sirva, a muito curto prazo, de orientação para uma legislação democrática que resolva um dos problemas que mais afligem a enorme maioria da população do País.»

Maioria dos trabalhadores representados na reunião geral

Representantes de dezenas de sindicatos de todo o País chegaram esta manhã ao Instituto Superior Técnico, para participar na reunião geral de sindicatos que ali está a decorrer. Presentes, também, representantes de sindicatos não filiados na Intersindical Nacional, entidade patrocinadora da reunião, entre eles dos Sindicatos dos Rodoviários de Setúbal, da Construção Civil de Vila Real e Chaves, dos Escritórios e Comércio de Vila Real e Bragança, dos Escritórios e Metalúrgicos de Portalegre.

O objectivo da reunião é preparar o segundo Congresso Nacional dos Sindicatos. Na RGS precedente a mesa era constituída por representantes da Intersindical Nacional e representantes dos sindicatos signatários da «Carta Aberta». Estes últimos decidiram não participar na RGS de hoje. Consta entre alguns sindicalistas presentes hoje no I. S. T. que deveria ser apresentado um voto de censura ao sindicatos ligados à «Carta Aberta».

Ontem, ainda se realizaram em diversos distritos do País reuniões distritais de sindicatos com vista à preparação da reunião geral dos sindicatos

que esta manhã começou no Instituto Superior Técnico.

Em Setúbal, delegados e dirigentes sindicais e comissões de trabalhadores de todos os sindicatos filiados ou não na Intersindical Nacional, estiveram reunidos a partir das 10 horas, no salão do Inatel daquela cidade. Da reunião resultou, no essencial, o repúdio pela «Carta Aberta» e inteiro apoio à Central Única de Trabalhadores.

Presente na reunião, um dirigente do Sindicato dos Rodoviários do Distrito de Setúbal explicou as razões da ligação daquela direcção ao grupo da «Carta Aberta», reconhecendo que não tinha sido expressamente mandatada para o efeito, pelos trabalhadores.

Na reunião exigiu-se que o Congresso dos Sindicatos se realize ainda no decurso do ano corrente, tendo sido subscrita por aclamação uma carta a enviar ao secretariado e aos subscritores da «Carta Aberta», manifestando a estranheza que causa o facto destes últimos pretenderem, até há pouco, a realização do Congresso durante o ano de 1976 e, agora, pretenderem adiá-lo para o ano que se aproxima.

Por outro lado, em Aveiro,

a respectiva reunião de sindicatos a nível distrital efectuou-se no passado dia 2, e nela foi aprovada uma moção em que se salienta a criação de comissões dinamizadoras distritais e a necessidade de se realizar ainda durante o ano corrente, o 2.º Congresso dos Sindicatos, conforme tinha ficado estabelecido «na reunião dos sindicatos realizada em Lisboa no passado dia 29 de Agosto». Esta moção de Aveiro foi subscrita por nove sindicatos e duas delegações sindicais do distrito.

RAZÕES DOS SINDICATOS DA «CARTA ABERTA»

Entretanto, a direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa divulgava ontem em publicidade paga inserta em vários jornais, a sua posição relativamente à reunião geral de sindicatos que hoje se efectuou em Lisboa.

Nesse texto se dava conta que aquela direcção não parecia à reunião de hoje. Justificações: a composição da Comissão Nacional Organizadora, que a «Carta Aberta» pretende que tenha constituição paritária. Contrariamente ao

que pretendem os sindicatos filiados na Intersindical, a Comissão da «Carta Aberta» pretende que «uma Comissão Nacional Organizadora que não afaste à partida nenhuma direcção sindical deverá ser constituída paritariamente, não dando portanto a hegemonia a ninguém».

Ainda no campo das posições públicas da Comissão Redactora da «Carta Aberta», o jornal «A Luta» publica ontem uma entrevista com um dirigente do mesmo Sindicato em que os mesmos problemas são analisados e onde se aponta como grande divergência a «representatividade na Comissão Organizadora do Congresso».

Na entrevista, o sindicalista José Luis Gaspar, presidente da Assembleia Geral do Sindicato dos Empregados de Escritório tenta contestar a maioria da Intersindical, onde estão inscritos 190 sindicatos, com representação de 80 por cento dos trabalhadores, afirmando que isso estaria correcto se «porventura a maioria dos trabalhadores estivesse de acordo com as direcções sindicais».

No ponto em que se refere aos 152 sindicatos não inscritos na Intersindical Nacional não refere contudo se todos apoiam, expressamente mandatados pelos trabalhadores, a Comissão Redactora da «Carta Aberta».

A POSIÇÃO CONTRÁRIA

Recordamos que na reunião distrital de sindicatos efectuada no dia 2, na União dos Sindicatos do Porto, foi aprovado um comunicado, com a presença de quarenta organizações sindicais filiadas e não filiadas na Intersindical, em que «foi consenso que a constituição — da Comissão Nacional Organizadora do Congresso — «não pode obedecer ao critério simplista de «metade para aqui e metade para ali», mas que nela terão de pesar a representação geográfica, a importância sectorial relativa, o número de trabalhadores de cada sindicato e sector e, como é óbvio, as várias correntes de pensamento do movimento sindical». A defesa deste princípio foi feita com o argumento de que a Comissão Organizadora deverá ser a «resultante da realidade actual do movimento sindical».

O mesmo encontro «produziu» a decisão de ser criada uma Comissão Organizadora para «promover a discussão pelos trabalhadores do distrito das questões do Congresso».

Sindicato dos Trabalhadores de Comércio e Serviços do Distrito de Santarém

CONVOCATÓRIA

PLENÁRIO DELEGADOS SINDICAIS

QUARTA-FEIRA 8 DE SETEMBRO ÀS 21,30 H.

NAS INTALAÇÕES DA DELEGAÇÃO DE TOMAR

(Av. Egas Moniz, Lote 3.º, r/c - Esq.º)

ORDEM DE TRABALHOS

1 — INFORMAÇÕES

2 — CONGRESSO DOS SINDICATOS

Santarém, 2 de Setembro de 1976

A DIRECÇÃO

Dlx
4/9/76

10 Jan 4/19/76

ENCONTRO DE SINDICATOS DEMOCRÁTICOS

Segundo refere um comunicado do Sindicato Nacional dos Jornalistas, a direcção daquele organismo fez-se representar, pela primeira vez, no encontro dos sindicatos democráticos, realizado, a semana passada, em Coimbra.

Acrescenta o comunicado que «ao contrário de certa informação que, com objectivos provocatórios, anunciava a intenção de, naquele encontro, se decretar uma segunda central sindical, os sindicatos democráticos presentes reuniram-se, unicamente, com o objectivo de coordenar esforços para o congresso da fundação da central sindical única de todos os sindicatos».

E prossegue: «Durante o encontro abordaram-se, fundamentalmente, dois assuntos: a necessidade de que a central sindical seja erguida por todos os trabalhadores, na luta, à luz do dia, entre as correntes existentes, e a presença ou não do secretariado da Inter na comissão organizadora do congresso.

Do nosso ponto de vista, a presença do Secretariado, motivo de amplas divisões no movimento sindical português, só pode acarretar a impossibilidade de se alcançar a unidade que leve ao Congresso de todos os Sindicatos. (Segundo números referidos, dos cerca de 400 sindicatos existentes, mais de metade não está filiado na Intersindical, mais de 40 opõem-se ao «Secretariado e à linha da Intersindical») na nossa posição jogou ainda o princípio do não reconhecimento do Secretariado da Intersindical».

E o comunicado refere ainda: «Clientes de que a central sindical única só poderá nascer por imposição de todos os trabalhadores, e clientes ainda da importância que este assunto assume para todos os jornalistas, a Direcção irá, oportunamente, convocar uma reunião de assembleia geral, onde será definida a posição a adoptar com vista ao Congresso de todos os Sindicatos. Fazendo-nos eco da posição unânime dos sindicatos democráticos (e em oposição à Intersindical apelamos a todos os jornalistas, para que nos jornais, Rádio e TV, seja aberto um amplo debate entre todas as correntes sindicais existentes.

Hoje, no I. S. T.

Alguns sindicatos tratam da organização de um congresso

Luta
4/19/76

Sem a participação da maioria dos Sindicatos portugueses, iniciou-se a meio da manhã de hoje, no Instituto Superior Técnico, uma «Reunião Geral de Sindicatos», promovida pelo secretariado da Intersindical.

A ordem de trabalhos indica que será debatido o «Regulamento do Congresso» (não do **Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade**, é óbvio) e ainda a constituição da «Comissão Nacional Organizadora».

A reunião de hoje foi antecedida de algumas reuniões distritais, igualmente promovidas pelo secretariado da Intersindical, o qual continua a recusar um amplo debate público, como forma de esclarecimento e eficiente mobilização dos trabalhadores portugueses para os problemas que os afectam.

A este propósito, a **Comissão de Redacção da Carta Aberta** emitiu um comunicado, onde se afirma que «os trabalhadores portugueses não

podem compreender nem podem aceitar que o Secretariado da Inter queira discutir os problemas dos trabalhadores que são, no fundo, os problemas da sociedade, fora dela e dos meios de comunicação social com que essa sociedade conta num dado momento».

E o documento prossegue: «Sob que pretexto? Que os órgãos de informação não são os melhores? Eles representam, como outras estruturas da sociedade, uma determinada fase da sua evolução. Não deverão os trabalhadores utilizá-los? Estanha política, camaradas! As divergências entre os trabalhadores não devem ser discutidas publicamente, quando elas existem? Quando toda a sociedade portuguesa sabe que elas existem? A política de avestruz, de esconder a cabeça na areia, nunca serviu a avestruz, nem tão pouco servirá os trabalhadores portugueses!»

Os sindicatos da linha democrática recordam que «o exercício da democracia é o

único método que os trabalhadores conhecem para ultrapassar as divisões e construir a unidade indispensável».

O comunicado insiste:

«Não querer assegurar, através da paridade, as condições de democracia num Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade, é querer perpetuar a divisão, e mais do que isso, é cavar a descrença e o descontentamento entre largas camadas de trabalhadores, abrindo a via para a CAP, a CIP, e organizações congéneres possam a vir fomentar organizações sindicais por eles tratados».

Admite-se que da reunião de hoje, no IST, possa sair o «II Congresso da Intersindical», o que, a suceder, contribuirá para o adiamento do **I Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade**, e consequente reunificação do movimento sindical português. Uma enorme responsabilidade histórica do secretariado da Intersindical. Lamentável que ele não se aperceba disso.

Sindicatos reúnem hoje para debater congresso

Seção 4/9/76

Está prevista para hoje, no Instituto Superior Técnico, a realização de uma reunião geral de todos os sindicatos, filiados ou não na Intersindical.

Este encontro surge no cumprimento da decisão de uma RGS efectuada no dia 29 de Julho, no Porto, convocada pela mesma

central sindical. Deveriam ainda os sindicatos, de acordo com a proposta, promover reuniões distri-

um amplo debate antes da assembleia de hoje.

Nesse sentido realizou-se ontem, no Porto, uma reunião preparatória dos sindicatos daquele distrito, da qual resultou a criação de uma comissão dinamizadora, aberta a todas as tendências no seio do movimento sindical.

Nessa reunião estiveram presentes quarenta organizações sindicais, onze das quais, segundo um comunicado posteriormente

divulgado pela União dos Sindicatos do Porto, não filiados na Intersindical, representando um total de

trabalhadores em número superior a trezentos mil.

(Continuação na 4.ª pag.)

Sindicatos reúnem hoje

(Continuação da 1.ª pag.)

Quando a comissão organizadora do congresso, entidade que prepara o próximo congresso nacional, foi consenso que a sua constituição «não pode obedecer ao critério simplista de «metade para aqui e metade para ali», mas que nela terão que pesar a representação geográfica, a importância sectorial relativa, o número de trabalhadores de cada sindicato e sector e, como é óbvio, as várias correntes de pensamento do movimento sindical».

Outra das decisões mais salientes do encontro distrital do Porto é a constituição de uma comissão de sindicatos para contactar os que estiveram ausentes. Refira-se a este propósito que cerca de vinte cinco sindicatos não participaram naquela reunião os quais, segundo a USP, representam aproximadamente cento e dez mil trabalhadores.

Numa moção aprovada durante o plenário decidiu-se dirigir um apelo aos sindicatos ausentes para que «não continuem a fugir (...) ao diálogo com as restantes direcções sindicais, principalmente na reunião geral de

sindicatos, convocada para hoje».

Também sindicatos de Aveiro se reuniram para discutir as questões relacionadas com o congresso, tendo aprovado uma moção, na qual referem nomeadamente:

«A necessidade da realização do mesmo congresso, este ano, conforme decisão da Reunião Geral de Sindicatos realizada em Lisboa a 29 de Agosto;

«A necessidade da criação de comissões dinamizadoras distritais para discussão do congresso, dentro das estruturas sindicais em assembleias gerais, reuniões de delegados, reuniões de empresa, etc.»

Nesse sentido apelam «para todos os sindicatos filiados e não filiados, para estarem presentes, dia 4, em Lisboa, única forma de se construir a unidade de todos os trabalhadores».

Decidiram ainda aqueles sindicatos «constituir uma comissão de Imprensa que prestará por escrito todas as informações inerentes ao decurso dos assuntos relacionados com a organização, quer do andamento e das decisões durante o congresso e evitar notícias tendenciosas e falsas, além de deturpações.»

SINDICATOS DE TODO O PAÍS TROCAM PONTOS DE VISTA

Mais de quarenta organizações sindicais, filiadas e não filiadas na Intersindical Nacional, estiveram reunidas no Porto, no passado dia 2, a fim de discutirem questões relacionadas com a realização do próximo Congresso Sindical.

Na totalidade, as organizações presentes representam mais de trezentos mil trabalhadores. Apenas 11 não estão filiadas na Intersindical.

Os pontos da ordem de trabalhos foram discutidos pelos vários dirigentes sindicais durante várias horas, tendo sido decidida, no plano distrital, a criação de uma Comissão Dinamizadora que «funcionará — lê-se no comunicado final da reunião — de forma inteiramente aberta, pois que nela poderão participar todos os sindicatos, mediante simples comunicação, independentemente de estarem ou não filiados, sejam ou não subscritores da «Carta Aberta».

Esta comissão deverá «promover a discussão pelos trabalhadores do distrito, das questões do Congresso, realizando reuniões de fábrica e empresa, plenários de delegados e encontros de comissões de trabalhadores».

Discutido foi, igualmente, o critério a que deve obedecer a constituição da Comissão

Organizadora do Congresso. «Foi consenso — salienta o comunicado — que a constituição não pode obedecer ao critério simplista «metade para aqui e metade para ali», mas que nela terão de pesar a representação geográfica, a importância sectorial relativa, o número de trabalhadores de cada sindicato e sector e, como é óbvio, as várias correntes de pensamento do movimento sindical». E acrescenta:

Pretende-se, assim, que a Comissão Organizadora seja, de facto resultante da realidade actual do movimento sindical».

No decorrer da reunião foi ainda constituída uma comissão destinada a contactar os sindicatos que estiveram ausentes e a informá-los do modo como decorreram os trabalhos. Numa moção aprovada no final da reunião pelos sindicatos presentes, propõe-se que aos sindicatos que não participaram na reunião «se dirija um apelo no sentido de que não continuem a fugir ao diálogo com as restantes direcções sindicais, principalmente na reunião de âmbito nacional, onde poderão apresentar e defender as suas posições, discutir e deliberar democraticamente com o conjunto dos sindicatos ali presentes».

Propõe-se, por outro lado, que «se iniciem esforços tendentes à constituição, no distrito do Porto, de uma

Comissão Dinamizadora Distrital, com o objectivo de, primordialmente, promover no seio dos trabalhadores, a discussão das questões do Congresso dos Sindicatos».

REUNIÃO EM AVEIRO

Também os sindicatos de Aveiro, correspondendo a convocatória da União de Sindicatos do distrito, discutiram no passado dia 2 aspectos relacionados com a realização do Congresso Sindical. No decorrer da reunião foi aprovada uma moção, na qual se salienta a necessidade da «criação de comissões dinamizadoras distritais» e da «realização do Congresso, este ano, conforme o que ficou decidido na reunião de sindicatos realizada em Lisboa no passado dia 29 de Agosto».

Por outro lado, os sindicatos presentes «apelam para todos os sindicatos filiados e não filiados na Intersindical para estarem presentes na reunião nacional». A moção é subscrita por nove sindicatos e duas delegações sindicais do distrito.

SETÚBAL: APOIO À INTER REPÚDIO PELA «CARTA ABERTA»

Repúdio pela «Carta Aberta» e inteiro apoio

à Intersindical, Central Unica de todos os trabalhadores, foram os aspectos dominantes das moções aprovadas por aclamação na reunião de delegados e dirigentes sindicais e Comissões de trabalhadores de todos os sindicatos filiados ou não na Inter, que ontem se realizou no salão do Inatel, em Setúbal.

Um dirigente do Sindicato dos Rodoviários do distrito de Setúbal explicou as razões da adesão daquela direcção à «Carta Aberta», acabando por reconhecer que não estava expressamente mandatada para esse efeito, pelos trabalhadores.

Ficou bem expressa no plenário a exigência da realização do Congresso dos Sindicatos ainda este ano tendo sido subscrita, por aclamação, uma carta a enviar ao Secretariado da Inter e aos subscritores da «Carta Aberta», em que se manifesta estranheza pela atitude destes sindicatos que antes pretendiam a realização, o mais cedo possível do Congresso, enquanto agora querem retardá-lo para o próximo ano.

Durante o plenário, convocado pela União dos Sindicatos de Setúbal, e que teve elevada participação, foram ainda aprovados telegramas a enviar ao Presidente da República, CR e 1.º Ministro, e moções de repúdio pela libertação do inspector Gouveia, da Ex-PIDE/DGS, e pela agressão de que foi vítima o membro da União dos Sindicatos de Faro, Carlos Alberto da Silva.

Devido à organização do Congresso

Divisão no movimento sindical poderá sofrer hoje agravamento

A discordância nítida que tem vindo a acentuar-se entre as principais tendências do movimento sindical português poderá transformar-se hoje em grave ruptura se os sindicatos que comparecerem à reunião geral convocada pela Inter sindical, para o Instituto Superior Técnico, decidiram eleger — de acordo com a proposta do secretariado da central única — uma Comissão Organizadora do Congresso dos Sindicatos que segundo as várias tendências laborais, deveria expressar "a unidade existente entre os trabalhadores" deste país.

No entanto, a concepção de "unidade dos trabalhadores" varia com as correntes sindicais, embora, no momento actual, todas sejam

unânicos em reconhecer — por diferentes motivos — que não há unidade mas sim divisão no movimento sindical.

E se outros exemplos não houvesse, bastaria referir que a reunião convocada para hoje não contará com a participação dos sindicatos afectos à "Carta Aberta" (documento em que, há alguns meses, era salientada a importância de realização de um Congresso de todos os sindicatos portugueses), nem com a maioria das organizações sindicais não filiadas da central única. Prevê-se, portanto, que estejam presentes apenas os sindicatos afectos ao secretariado da Inter e à esquerda revolucionária, que ultimamente têm trocado acusações com os da "Carta Aberta".

Como se deixara adivinhar

há algumas semanas, quando o citado secretariado recusou participar num debate público sobre a organização do Congresso dos Sindicatos, opondo-se à proposta dos sindicatos da chamada "linha democrática", os problemas levantados pela constituição e poderes da comissão organizadora desse Congresso despoletaram as tensões latentes no movimento sindical, abrindo caminho à possível criação de uma segunda central sindical. O desejo de existência dessa nova confederação é negado por todas as tendências sindicais que imputam às opositoras (à respeito do Congresso) a responsabilidade pela cisão que possa vir a concretizar-se.

Em todo o caso, apesar das divergências — quanto aos meios e quanto aos fins a atingir — existentes no seio

do movimento sindical desde há muito, o agravamento significativo das tensões actuais depende em grande parte do carácter deliberativo ou não, de que possam revestir-se as decisões a tomar hoje por parte dos sindicatos portugueses. Sabendo, à partida, que os "sindicatos democráticos" não aceitam a "tentativa que o secretariado da Inter está a fazer para deter a maioria na Comissão Organizadora do Congresso", acusando este último de querer marginalizar os sindicatos não afectos e não filiados na central única, os sindicalistas que hoje se irão reunir terão consciência que a constituição de uma comissão organizadora daquele tipo poderá originar um novo Congresso só da Inter, ao contrário do que todos os sindicatos afirmam desejar.

Congresso dos Sindicatos

Visa reforço da unidade

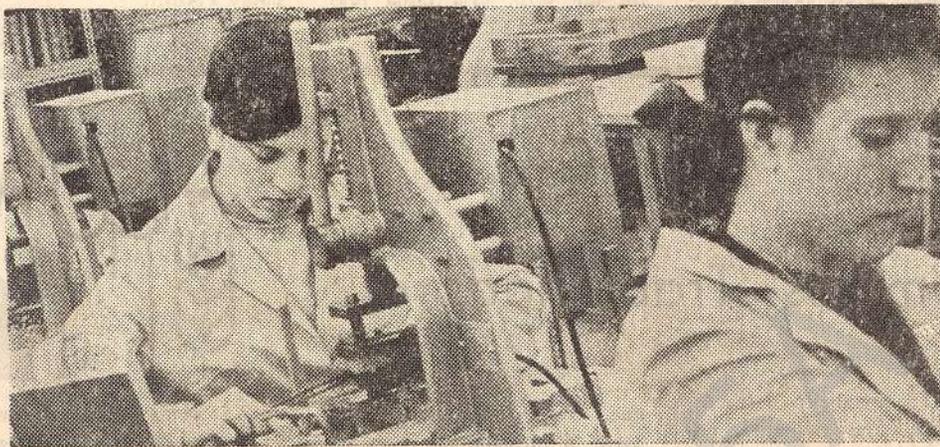
A defesa, aplicação e desenvolvimento das conquistas do processo revolucionário, a exi-

seu serviço, intensificaram os ataques e manobras reaccionárias com o objectivo de levar

dical, o estreitamento e coordenação das iniciativas dos trabalhadores. O Movimento Sin-

rido das forças do passado. Desmascarado o pluralismo, os objectivos sinistros que moviam os seus adeptos e consagrada na lei a unidade sindical, assistiu-se, a uma escalada contra a Central Sindical Unica dos trabalhadores portugueses e à utilização de outros argumentos e métodos, que, no fundamental, não diferenciam dos primeiros e visavam, ainda, a cisão do Movimento Sindical e a divisão dos trabalhadores.

Contudo, evidenciando uma elevada consciência de classe e maturidade, os trabalhadores souberam sempre desarticular e denunciar todas as manobras dos exploradores. Infringindo ao patronato e seus lacaios as mais pesadas derrotas.



gem das massas trabalhadoras uma firme e vigorosa resposta ao avanço das forças exploradoras e reaccionárias do capital. Resposta essa, que só poderá ser dada com eficácia e constituir uma barreira intransponível, desde que se reforcem e estreitem os laços de solidariedade entre todos aqueles que trabalham e produzem.

a divisão ao seio das classes trabalhadoras e consequentemente, enfraquecer a sua resistência.

Quando Vasco de Melo, presidente da CIP, aponta a necessidade de refrear os Sindicatos, visa não só dar o tom à imprensa reaccionária, para que afine as suas batutas, mas igualmente dar a orientação política e atento às associações patronais, para que boicotem os acordos e contratos colectivos de trabalho em negociação. O que foi dito, prova igualmente a crescente organização do patronato, a facilidade com que já se exprime — com a cobertura facilitada dos órgãos de informação estatizados — o desafio e a conspiração permanente contra as conquistas revolucionárias do 25 de Abril.

Situação, que torna não só necessária como indispensável a unidade do Movimento Sin-

dical constitui a força decisiva do processo democrático, e, como tal, tem sido, ao longo de todo o processo o alvo prefe-

SEGUIR NA PAGINA 2 >

dos sindicatos

> DA PAGINA 1

Toda a especulação que a imprensa veiculou e a tentativa de apresentar o Movimento Sindical dividido, entre a Intersindical e uma auto denominada corrente «democrática», redundou igualmente num fracasso.

Esta segunda «dinha», cujas direcções sindicais subscreveram uma «carta aberta» à Intersindical e se afirmavam contestadoras do respectivo secretariado, mostraram ter uma expressão minoritária. Como aliás o prova, a última reunião daquelas direcções realizada em Coimbra, nos dias 23 e 24 de Agosto, em que estiveram presentes 35 sindicatos, representando 351 097 trabalhadores, enquanto a Intersindical, representa cerca de 80% dos trabalhadores sindicalizados, num total de 190 Sindicatos, dos 342 existentes no país.

Por outro lado, e quanto à democracia de que as direcções sindicais da «carta aberta» se reclamam, são os

factos que provam o contrário. Na verdade, aquelas direcções (das quais, 18 sindicatos estão filiados na Intersindical) não têm cumprido as resoluções das suas próprias Assembleias Gerais e têm violado, inclusivamente, os respectivos Estatutos.

Apesar de todas as dificuldades surgidas na preparação do Congresso dos Sindicatos e das perspectivas difíceis no futuro próximo, derivadas do que no exterior pretendem abrir brechas na resistência organizada dos trabalhadores, a discussão prossegue.

Tendo a Intersindical Nacional manifestado a decisão inabalável de lutar pela unidade, cuja defesa passa pela discussão dos problemas relacionados com os trabalhos preparatórios do Congresso, em amplas reuniões, nos diversos distritos, com todos os sindicatos, filiados ou não, na Central Sindical Unica dos trabalhadores portugueses.

UNIDADE OU UNICIDADE?

OS SUBSCRITORES DA «CARTA ABERTA»
ESTÃO EMPENHADOS EM ULTRAPASSAR
TODAS AS BARREIRAS

— DISSE-NOS JOSÉ LUÍS GASPAR DO SINDICATO DOS ESCRITÓRIOS (LISBOA)

É facto incontroverso que uma nova realidade sindical se desenha no nosso País. Enquanto o Secretariado da Intersindical pretende realizar o seu II Congresso, ainda em 1976 — e, para tanto, está levando a efeito reuniões distritais, a anteceder uma reunião nacional preparatória em 4 de Setembro —, os sindicatos que contestam a Inter, a chamada linha da «Carta Aberta», está realizando reuniões em Coimbra, sendo a próxima em 13 do corrente, com vista a realizar um congresso «de todos os sindicatos, para a unidade», em 1977.

Quando «Carta Aberta» e Inter entravam em diálogo e havia indícios de que o Congresso seria de comando duplo e, de facto, de todos os sindicatos, as duas correntes, vulgarmente definidas como «unitária» e «unicitária», radicalizaram-se e seguem caminhos diversos com vista ao mesmo objectivo de um congresso, que ambos reclamam de representativo.

« Neste contexto que julgamos oportuno ouvir o conhecido sindicalista José Luís Gaspar, dirigente do Sindicato dos Escritórios de Lisboa, e que tem encabeçado algumas das reuniões da «Carta Aberta», em Coimbra.

DUAS FORÇAS FUNDAMENTAIS

— Há ou não há cisão entre os trabalhadores portugueses através de ópticas diferentes no Movimento Sindical?

— Tal cisão é devida a acções específicas do secretariado da Intersindical Nacional, ou será de diagnóstico mais profundo?

«A divisão entre os trabalhadores portugueses é por de mais evidente no Movimento Sindical Português. Com efeito são bem notórias duas forças fundamentais: a que é afectada à linha de acção sindical seguida pelo secretariado da Intersindical e a que a contesta e/ou rejeita».

«Em Julho de 1975 realizou-se o Congresso da Intersindical. Antes, em 30-4-75, fora publicado o Decreto-Lei 215 B/75 legislando sobre a forma de organização sindical e realização do Congresso. Na mesma data, 30-4-75, a Intersindical era decretada pelo Dec.-Lei 215 A/75 como sendo a Confederação Geral dos Trabalhadores (Central Sindical Única).

«Aqui reside a razão fundamental da divisão existente entre os trabalhadores: a institucionalização da Inter como Central Sindical Única, antes do Congresso analisado e presidido pelas autoridades militares e governamentais de então (Congresso a que deveria competir e decidir sobre aquela questão), e o grave precedente criado, da ingerência do Estado na livre organização dos trabalhadores, factos que no nosso conceito de sindicalismo autónomo, independente e democrático não são admissíveis. Para além de que o Congresso não foi verdadeiramente representativo pois muitas das Direcções Sindicais presentes não estavam eleitas legitimamente. «É claro que o sectarismo, e

dirigismo da actuação do Secretariado da Intersindical Nacional, cavou mais fundo a divisão criada a partir daquele Congresso».

— Os subscritores da «Carta Aberta» pretendem institucionalizar essa cisão ou, pelo contrário, pretendem ultrapassar essa barreira?

«Os subscritores da «Carta Aberta» estão empenhados em ultrapassar todas as barreiras e construir a Central Sindical Única, Autónoma, Democrática e Independente. Entendem que para a conseguir é necessário o Congresso de todos os sindicatos para a Unidade. Para conseguir a realização desse Congresso é fundamental que a estrutura que o organiza não afaste à partida nenhum trabalhador nem nenhuma Direcção Sindical desse Congresso. Essa estrutura não pode ser a Intersindical pela negação que a maioria dos trabalhadores lhe vota.

«Por isso a estrutura que organizará um Congresso deste tipo deverá ser uma Comissão Nacional Organizadora, constituída paritariamente (em termos iguais) por Sindicatos afectos e não afectos ao Secretariado da Inter, contendo cada bloco todas as correntes de opinião sindical com expressão efectiva no Movimento Sindical Português. Esta é a única forma de garantir a todos os trabalhadores e a todas as Direcções Sindicais que a preparação do Congresso será democrática e que não haverá golpismo de qualquer espécie».

— A maioria dos trabalhadores portugueses apoia a Carta Aberta? Quantos sindicatos da linha unicitária e quantos os da linha unitária? E quantos trabalhadores portugueses estão por uma ou outra linha?

«É impossível responder a essa questão.

«Por um lado não conhecemos o número de sindicatos filiados na Intersindical, porque esta se tem recusado a fornecer essa lista.

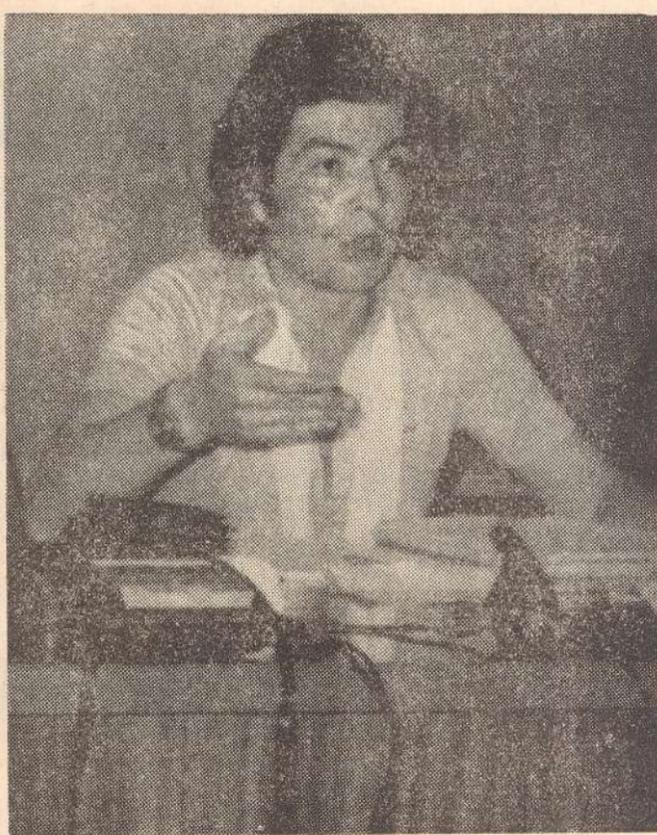
«Por outro lado, aos plênarios gerais da Intersindical aparecem habitualmente 100 sindicatos que lhe são afectos.

«A volta da Carta Aberta estão cerca de setenta. A incógnita está em saber o que pensam os restantes dos cerca de quatrocentos existentes no Movimento Sindical. O sectarismo por um lado, a informação e dirigismo monocórdico por outro, por parte do Secretariado da Intersindical, fez com que a maioria dos Sindicatos se afastassem em termos tais que é difícil agora conquistá-los para a acção».

— Em que parâmetros os subscritores da Carta Aberta pretendem realizar um Congresso de todos os Sindicatos, em 1977?

«Preparado por uma estrutura do tipo indicado na resposta anterior, haverá a garantia de democraticidade de todas as atitudes.

«A Comissão Nacional Orga-



José Luís Gaspar, dirigente do grupo de sindicatos aderentes à «Carta Aberta»

nizadora deve ser a exclusiva responsável pela preparação e realização do Congresso. Deverá preparar e fazer discutir por todos os trabalhadores, o projecto de regulamento do funcionamento do Congresso, os Estatutos da Central Sindical Única, o Programa de Acção Sindical. Deverá igualmente promover a discussão de todas as teses apresentadas ao Congresso. Assim pensamos que um mínimo de cinco meses é indispensável na preparação para que todos os trabalhadores possam participar activamente nela. É nesta medida que os subscritores da Carta Aberta pensam que um Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade não é possível de levantar antes de princípios de 1977».

PARIDADE E REPRESENTATIVIDADE (Quantitativa e qualitativa)

— Pode definir e consubstanciar o que entende por «paridade» e «representatividade»?

«Entendemos que três critérios devem presidir à constituição duma Comissão Nacional Organizadora do Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade:

«Representatividade no que respeite ao número de trabalhadores sindicalizados por Sindicato.

«Representatividade sectorial e regional, isto é, que os sectores e regiões fundamentais estejam expostos convenientemente.

«Paridade entendida como a constituição por um número igual dos Sindicatos afectos ao Secretariado da Inter e um número igual dos Sindicatos não afectos ao Secretariado».

— Entende que a unidade por vós desejada ainda é possível?

«Nós continuamos a afirmar que a Unidade é possível. E que é igualmente necessária e fundamental. Se mela os trabalhadores não conseguirem dar um único passo mais a caminho da sociedade que pretendemos construir e estarão em risco todas as conquistas já alcançadas. A cisão só interessa a duas forças distintas:

— Aqueles que pretendem um clima de questões permanentes, entre os trabalhadores, como forma de não lhes permitir encontrar as soluções mais correctas para a defesa e alcance dos seus legítimos interesses e portanto continuar numa sociedade exploradora;

— Aqueles que pretendem o mesmo clima como forma de pressão no sentido de obter dividendos a nível partidário que pouco ou nada têm a ver com os interesses dos trabalhadores. A unidade é possível porque ela representa o anseio máximo dos trabalhadores. Estes saberão ultrapassar e cilindrar aquelas forças e construir-na na acção diária».

LEI SINDICAL — CONSAGRAÇÃO DA VONTADE DOS TRABALHADORES

— No momento em que alguém no poder já definiu a lei que legitima a unicidade sindical, como uma «monstruosidade jurídica», como comenta a afirmação dos Metalúrgicos de Setúbal, em como «será esta a forma pela qual se dará tempo ao dr. Marcelo Curto para acabar com a Unicidade Sindical»?

«Sempre nos batemos contra a ingerência do Governo na estrutura sindical, impondo a esta as «regras do jogo». Não concordamos com medidas administrativas que imponham ou limitem, qualquer que seja a forma, o âmbito do movimento sindical. Só aos trabalhadores e seus organismos — os Sindicatos — compete definir a regulamentação pela qual se hão-de reger. Uma lei sindical mais não pode ser do que a consagração da vontade expressa pelos trabalhadores, através dos seus sindicatos. A unidade sindical, única forma de concretização dos objectivos fundamentais das classes trabalhadoras, constrói-se na acção. Nenhuma lei pode pretender impô-la sob pena de constituir, como já experimentámos suficientemente, a divisão.

«Com efeito, hoje é facilmente visível que a lei da unicidade mais não conseguiu do que a divisão dos trabalhadores.

«O Movimento Sindical Português, compreendendo correntes de opinião largamente divergentes entre si, encontra-se empenhado, através da discussão, na superação das suas divergências e na construção da Central Sindical Única, democrática, autónoma e independente. Isto passa pela realização do Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade.

«A resultante daí saída, após larga discussão entre todos os trabalhadores e sindicatos, será aquilo que a lei deve consagrar».

Sindicatos que contestam

o secretariado da «Inter»

não estarão (hoje) presentes
na reunião geral de Lisboa

● COMPROMETIDO O CONGRESSO DOS SINDICATOS PORTUGUESES!

Dezenas de Sindicatos concluíram ontem, no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, uma Reunião Geral preparatória do Congresso, na qual não participaram os subscritores da «Carta Aberta» à excepção do Sindicato dos Rodoviários de Setúbal.

A R. G. de ontem alargada, teve por finalidade o levantamento do próximo Congresso e a eleição da comissão organizadora (responsáveis por Lisboa), após reuniões e encontros efectuados em todos os distritos nacionais, pelo que, a verificar-se essa ausência — uma faixa bastante expressiva dos trabalhadores portugueses —, poderá estar seriamente comprometida a realização do aludido Congresso, que se pretendia da unidade.

Entretanto, o Sindicato dos Trabalhadores de Escritório de Lisboa («Carta Aberta»), tomando posição acerca da reunião convocada pelo Secretariado, mas em que podem participar todas as organizações sindicais, afirma a sua disposição não comparecer na reunião e recusa uma vinculação à comissão nacional organizadora do «Congresso», daí saída.

Para este sindicato, a não comparência fundamenta-se, entre outros pontos, no facto de o Secretariado da Intersindical propor uma comissão organizadora em que esteja em maioria, quando ficara determinado que essa comissão fosse constituída, paritariamente (com número de sindicatos da linha afecta ao Secretariado da Intersindical e um número igual de sindicatos das linhas opostas).

Verifica-se o contrário em relação ao Sindicato dos Têxteis do Sul (esquerda revolucionária), que «dando cumprimento a uma decisão tomada democraticamente», se afirma disposto a comparecer à R.L. de hoje, condenando os sindicatos que o não fizerem, a quem acusa «de entrarem em contradição, pois a decisão foi tomada democraticamente», manifestando, ainda a esperança de que arriepem caminho, pois, caso contrário, estão a sobrepor os interesses partidários aos interesses da classe.

Entretanto, o Secretariado da Intersindical divulgou um comunicado em que, designadamente, assinala que todas as reuniões distritais se efectuaram de acordo com a resolução final da reunião geral dos sindicatos, realizada em 29 de Julho último, na qual participaram representantes da «Inter» e da comissão de redacção da «carta aberta».

Discutido o regulamento

A ausência dos subscritores da «Carta Aberta» acabou por ser resvberado pelos participantes nos trabalhos da reunião de ontem, tendo sido aprovada uma moção em que se refere o «total desprezo pelas mais elementares regras democráticas».

Discutiu-se, ainda, o regulamento do Congresso a efectuar e, no caso de surgir mais de um sindicato da mesma actividade

será o caso apresentado à comissão organizadora, efectuando-se depois a escolha, pela forma mais democrática, e consoante o número de associados dos respectivos sindicatos, dos delegados ao Congresso, devendo o maior número pertencer aos corpos gerentes ou por estes mandatados, com a obrigação de a escolha ser feita apenas entre os sócios.

Assim, os sindicatos constituídos por um máximo de 5 000 associados escolherão três delegados; de mais de 5 000 até 10 mil cinco; de 10 mil a 30 mil sete e com mais de 30 mil nove delegados.

A mesa será constituída pela Comissão Organizadora e pelo Secretariado da Intersindical e a ordem dos trabalhos é a seguinte: abertura; relatório das actividades do Secretariado Nacional; análise e discussão sobre a alteração nos estatutos da INTER e confederação geral dos sindicatos.

TRABALHO
EM ANÁLISE

19 Jan
5/9/76

CÚPULAS SINDICAIS DERROTAM TRABALHADORES

Enorme fosso está a ser cavado entre os trabalhadores portugueses. Tudo indica que, a breve trecho, a força da classe trabalhadora seja dividida, com nítida vantagem para quem pretende continuar a manter a canga da exploração.

Efectivamente, à hora a que redigimos decorre ainda em Lisboa uma reunião geral de Sindicatos à qual não compareceram os subscritores da «Carta Aberta», o que equivale a dizer, por outras palavras, que se concretiza a passos rápidos a cisão do movimento sindical português. Agora, resta talvez apenas aguardar pelo surgimento de uma segunda central sindical.

Vieram assim ao de cima os abrolhos semeados por mãos unicamente capazes de gestos divisionistas. Cúpulas sindicais, estão a derrotar os trabalhadores, pois estes na sua generalidade não pretendem a chivagem. Se a cisão se verifica não é por o trabalhador português a ter votado, mas sim devido a decisões «esclarecidas» de cúpulas sindicais. Confiava-se que estas soubessem construir uma plataforma em que coubesse por inteiro a classe trabalhadora, mesmo com prejuizo da comodidade. (Leia-se perspectiva sindical.)

No entanto, nada está consumado. Um movimento espontâneo das bases sindicais pode ainda ser possível. Assistiríamos, então, a massivas assembleias gerais em que fossem arredadas as deliberações dos dirigentes e construída a unidade de que cada um necessita. É essa a última oportunidade.

Decorre, paralelamente, uma outra situação, comprvativa de que a unidade, enquanto interesse de classe, pode ser possível para além das divergências partidárias. Referimo-nos ao processo encetado pelos trabalhadores do passivo (reformados). Talvez, por lhes doer toda uma vida de dificuldades e terem visto ao longo dos anos postergados os seus mais elementares direitos, eles souberam ultrapassar a cor da sua política e reivindicar realisticamente aquilo de que mais necessitam. São senhores de um movimento coeso, unitário, que terá de ser devidamente encarado pelo Governo, conforme ficou sobejamente demonstrado na sua recente reunião nacional em Coimbra.

J. FROUFE ANDRADE

INTER PREPARA CONGRESSO À REVELIA DA « CARTA ABERTA »

INTER
CAVA
CISÃO

C. Porto
5/9/76

(Continuação da 1.ª página)

O mesmo sindicalista portuense informou que a «Carta Aberta» terá a sua próxima reunião em Coimbra, em 13 de Setembro, como programado e na qual, além de outros temas a tratar, será estudada a posição a tomar pela «Carta Aberta» em face da actual posição da Intersindical de ter promovido isoladamente reuniões distritais e esta reunião nacional, mas fazendo crer que tais reuniões eram conjuntas, numa atitude onde se pode tirar a ilação de que há manipulação da opinião pública e, principalmente, de sindicalis-

tas de todo o País. Ainda segundo o mesmo informador, a presença em Lisboa, no Instituto Superior Técnico, de 36 sindicatos não filiados na Intersindical não tem qualquer significado, em termos de a isso vincular a «Carta Aberta», pois que esta tomou a decisão específica de não comparecer a tais reuniões, a menos que fosse feito o amplo e prévio esclarecimento público a que a Intersindical se escusou.

**PRESENTE
A «TERCEIRA LINHA»**

Uma outra fonte de informação dá como certo número

total de presenças 168 sindicatos, dos quais 129 filiados na Intersindical, números contrários, portanto, aos já indicados, de 187 presenças dos quais 125 filiados na Intersindical, 36 não filiados, e ainda oito federações, 15 uniões distritais e três uniões locais.

Esteve presente a chamada «terceira linha», sindicatos com afinidades com a esquerda revolucionária.

Segundo a mesma fonte não compareceram os sindicatos subscritores da «Carta Aberta» que ao contrário dos dois grupos referidos, pretende que seja nomeada uma Comissão Nacional Organizadora constituída paritariamente (em termos iguais) por sindicatos afectos e não afectos ao Secretariado da Inter, contendo cada bloco todas as correntes de opinião sindical com expressão efectiva no movimento sindical português.

As primeiras intervenções da reunião de Lisboa foram dedicadas ao projecto de regulamento do Congresso. Ficou decidido que no caso de haver mais do que um sindicato representativo de uma ou mais categorias de trabalhadores da mesma área os sindicatos apresentarão a questão a Comissão Organizadora que deliberará sobre qual deles tem representatividade.

A representação dos sindicatos será proporcional ao número de trabalhadores sindicalizados e haverá um mínimo de três e um máximo de nove delegados. Sindicatos até 5.000

filiados serão representados por três delegados, os de 5.000 a 10.000 por cinco, os de 10.000 a 30.000 por sete, e os de mais de 30.000 por nove.

Os sindicatos devem escolher os seus representantes da forma que acharem mais democrática, mas os seus delegados deverão ser na maioria constituídos pelos corpos gerentes ou por estes mandatados. E a escolha deve ser feita entre os sócios e não entre os funcionários.

Oportunamente, serão tornados públicos os nomes dos sindicatos que vão participar

no Congresso (ainda não ficaram estabelecidos a data nem o local da reunião) e os números de associados de cada instituição participante.

A Mesa do congresso será constituída pela Comissão Organizadora e pelo Secretariado da Inter.

Decidiu-se, ainda, estabelecer a seguinte ordem de trabalhos: Abertura, relatório da actividade do Secretariado Nacional, análise, discussão e deliberação sobre as alterações a introduzir nos estatutos da Inter, Confederação Geral dos Sindicatos.

O secretariado da Intersindical Nacional levou a efeito ontem, em Lisboa, no Instituto Superior Técnico, uma reunião geral de sindicatos, destinada a eleger a comissão organizadora do próximo congresso dos sindicatos. Segundo um informador da Intersindical, citado pela Anop, participam na reunião 187 sindicatos, dos quais 36 não são filiados na Intersindical, representando um milhão e 350 mil trabalhadores. Naquele número de sindicatos estão incluídas oito federações, quinze uniões distritais e três uniões locais. Segundo a Anop esta reunião serve também para «coordenar os pontos de vista do secretariado da Intersindical e dos sindicatos patrocinadores da «Carta Aberta». Contactado um dirigente da linha chamada «Carta Aberta», do Porto, foi repudiada a afirmação de que estivessem a ser tratados, nesta reunião de ontem, em Lisboa, quaisquer diferendos entre Intersindical e «Carta Aberta», a qual mantém a mesma posição já tomada na sua reunião de Coimbra de 23 e 24 de Agosto findo, na qual em relação às reuniões distritais de 30 de Agosto a 3 de Setembro, e à reunião nacional de 4 de Setembro, foi tomada a seguinte posição:
«Foi rejeitada a sua realização imediata antes que um debate público se estabeleça na TV e restantes órgãos da Comunicação Social, como forma de esclarecer todos os trabalhadores das divergências existentes, permitir a análise e discussão entre eles dessas divergências e assim possibilitar a aquisição, pelas direcções sindicais, das soluções correctas.»

5 SET. 1976

Por um Congresso

PUBLICIDADE

de todos os Sindicatos para a Unidade

Apelo para todos os Trabalhadores

Portugueses

A unidade é possível. Foi assim que no 1.º de Maio de 1976, o representante do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas Adjacentes, na linha traçada pela Carta Aberta, exprimiu publicamente perante milhares de trabalhadores de diferentes opiniões sindicais, a necessidade da realização de um Congresso de todos os Sindicatos filiados ou não na Intersindical, para a Unidade.

A Unidade é possível. É assim, que hoje nos exprimimos,

mos, perante o Impasse que alguns teimam em perpetuar, recusando uma Comissão Nacional Organizadora do Congresso onde estejam apresentadas paritariamente as correntes de opinião com expressão no Movimento Sindical Português.

É preciso falar VERDADE, CAMARADAS.

A Verdade é uma arma ao Serviço dos explorados na luta pela sua emancipação. A mentira, a deturpação da realidade, não ajudam os trabalhadores a libertarem-se, afundam-nos mais.

Hoje os trabalhadores constataam, dolorosamente, nos seus locais de trabalho, à escala local, regional e nacional, que a **UNIDADE SINDICAL** não existe. Esta é a realidade. Afirmar o contrário é negar obstinadamente a realidade, é querer, consciente ou inconscientemente impedir a transformação dessa mesma realidade.

Mas os trabalhadores portugueses sentem também diariamente que a **UNIDADE SINDICAL** é uma necessidade. Muitos e importantes passos foram dados depois do 25 de Abril. Nenhum trabalhador o pode contestar. O caminho da emancipação definitiva está no entanto longe de ser alcançado.

Dificuldades e obstáculos subsistem. Provam-no o dia-a-dia dos trabalhadores nas empresas e nos locais sindicais. Provam-no as tentativas por parte das forças reaccionárias, de na sociedade política portuguesa, quererem inverter a marcha iniciada com o 25 de Abril. Provam-no a libertação dos Pides e o regresso de Spínola.

As pesadas tarefas que esperam ainda os trabalhadores portugueses, exigem pois a **UNIDADE DO MOVIMENTO SINDICAL PORTUGUES**.

Os trabalhadores portugueses não podem compreender, nem podem aceitar, que em nome duma pretensa hegemonia no Movimento Sindical, em nome da Aritmética da maioria, o Secretariado da Inter seja contrário à Paridade na Comissão Organizadora, condição e garante da democracia, para ultrapassar a situação de divisão actualmente existente.

Os trabalhadores portugueses não podem compreender nem podem aceitar que o Secretariado da Inter queira discutir os problemas dos trabalhadores, que são no fundo os problemas da Sociedade, fora dela e dos meios de comunicação social com que essa sociedade conta num dado momento.

Sob que pretexto? Que os órgãos de informação não são os melhores?

Eles representam, como outras estruturas da Sociedade, uma determinada fase da sua evolução. Não deverão os trabalhadores utilizá-los? Estranha política, camaradas!

As divergências entre os trabalhadores não devem ser discutidas publicamente? Quando elas existem? Quando

toda a sociedade portuguesa sabe que elas existem? A política da avestruz, de esconder a cabeça na areia, nunca serviu a avestruz, nem tão pouco servirá os trabalhadores portugueses!

O exercício da democracia é o único método que os trabalhadores conhecem para ultrapassar as divisões e construir a unidade indispensável.

Não querer assegurar através da Paridade, as condições de democracia num Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade é querer perpetuar a divisão, e mais do que isso, é cavar a descrença e o descontentamento entre largas camadas de trabalhadores, abrindo a via para que a C.A.P., a C.I.P. e organizações congéneres possam vir a fomentar organizações sindicais por eles tratados.

CAMARADAS. A UNIDADE É NECESSÁRIA!

A UNIDADE É POSSÍVEL! Começamos esta batalha, levá-la-emos até ao fim.

Estamos seguros de exprimir as aspirações profundas dos trabalhadores.

Por isso apelamos para todos os Trabalhadores, para fazer circular este apelo, em todos os locais de trabalho, nas fábricas, nos campos, nos escritórios, de Norte a Sul do País, discutindo e subscrevendo-o, individual ou colectivamente.

A vontade dos trabalhadores expressa da maneira magica, deve poder fazer decidir aqueles que estão renitentes no Caminho da Unidade, o Secretariado da Intersindical.

Não fazemos apelo para o Estado, para o Governo ou para a Lei para impôr a Unidade.

Fazemos apelo para a força que reconhecemos: a vontade dos trabalhadores livremente expressa.

Por um Congresso preparado em data que garanta a sua democracia.

Pela paridade na Comissão Nacional Organizadora.

Pelo livre acesso dos órgãos de informação ao Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade.

Pela **CENTRAL SINDICAL ÚNICA, AUTÓNOMA, DEMOCRÁTICA E INDEPENDENTE.**

A COMISSÃO DE REDACÇÃO DA CARTA ABERTA

Sindicato dos Trab. de Escritório de Lisboa

Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

Sindicato dos Escritórios do Porto

Sindicato dos Motoristas do Porto

Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro

Sindicato Nacional Trab. Correios e Telecomunicações

Sindicato Livre dos Escritórios, Caixeiros de Faro

NOTA: As subscrições deste apelo devem ser dirigidas àqueles Sindicatos.

CONGRESSO SINDICAL

ELEITA UMA COMISSÃO ORGANIZADORA (PROVISÓRIA) E REJEITADO O PRINCÍPIO DA PARIDADE

A Reunião Geral dos Sindicatos, que se realizou no sábado, nas instalações do Instituto Superior Técnico em Lisboa, com a finalidade de prosseguir os trabalhos preparatórios do próximo

Congresso, registou a participação de 194 Delegações (167 Sindicatos, 128 dos quais filiados da Intersindical e 39 não filiados; oito Federações; 16 Uniões Distritais; e três Uniões Locais, representando no seu conjunto cerca de um milhão e 400 mil trabalhadores).

Apesar da ausência dos sindicatos da Comissão de Redacção da Carta Aberta, a Assembleia aprovou importantes resoluções, nomeadamente no que respeita à rejeição do princípio de paridade, eleição de uma Comissão Organizadora Nacional (provisória) e aprovação da designação do Congresso, bem como a definição das tarefas imediatas que cabem à Comissão eleita.

Segundo o comunicado final, esta foi «uma das maiores reuniões sindicais de sempre», apesar das «tentativas de desmobilização por parte

de algumas Direcções Sindicais apoiadas por certa imprensa». Esta atitude foi, de resto, verberada numa das moções aprovadas no congresso, conforme adiante referiremos.

No que respeita à preparação do Congresso, objecto único da reunião, foram discutidas e aprovadas as seguintes resoluções, a começar pela sua própria designação: — «Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses, pela Unidade dos Trabalhadores, pela Reestruturação da Intersindical Nacional — Central Única dos Trabalhadores Portugueses»; neste Congresso participarão «todos os sindicatos portugueses, filiados ou não na Intersindical Nacional que em absoluto pé de igualdade poderão discutir, propôr e votar». A justificar, de algum modo, a resolução precedente, outra acrescenta que «A Intersindical Nacional — Central Única de todos os trabalhadores portugueses constituiu-se durante o fascismo e contra o fascismo, é obra dos trabalhadores portugueses e ninguém poderá legitimamente contestar a sua existência nem tão pouco pretender criar aquilo que já existe».

COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL (PROVISÓRIA) DO CONGRESSO

Relativamente à Comissão Organizadora do Congresso, foram aprovados os seguintes princípios: deverá representar diversificadamente as várias zonas geográficas do Continente; os principais sectores de actividade; os sindicatos filiados e não filiados, de diversas formas de pensamentos, com real expressão no movimento sindical; e deverá, ainda, ser eleita em Reunião Geral de Sindicatos, a convocar para aprovação do Regulamento do Congresso. O princípio de paridade, defendida pela Comissão de Redacção da Carta Aberta foi rejeitado por unanimidade.

A assembleia decidiu, com base no facto de «não se poder protelar por mais tempo o andamento dos trabalhos de organização do Congresso», eleger uma Comissão Organizadora Nacional Provisória, que ficou assim constituída: Secretariado da Intersindical, Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas de Évora; Bancários do Sul e

Ilhas; Construção Civil de Lisboa; Trabalhadores do Comércio de Lisboa; Trabalhadores da Construção Civil Setúbal; Trabalhadores do Comércio de Coimbra; Electricistas do Norte; Trabalhadores dos Escritórios de Lisboa; Trabalhadores dos Escritórios do Porto; Ferroviários do Sul; Gráficos do Porto; Lanifícios de Leiria e de Coimbra (Castanheira de Pêra); Metalúrgicos de Aveiro; Metalúrgicos de Lisboa; Metalúrgicos de Setúbal; Oficiais Pilotos, Comissários e Radiotécnicos da Marinha Mercante; Pescadores de Peniche; Químicos de Lisboa; Rodoviários de Lisboa; Motoristas do Porto; Rodoviários de Setúbal; Têxteis do Porto; Têxteis e Lanifícios do Sul; Vestiários do Porto; e Vendedores.

Esta Comissão inclui Sindicatos que não estiveram presentes na reunião (subcritores da Carta Aberta), mas cuja integração se considerará efectiva a partir do momento em que declararem aceitar a eleição. De qualquer modo, a sua ausência não prejudicará os trabalhos. E as tarefas imediatas da Comissão consistem em convocar uma conferência de Imprensa para dar conhecimento dos resultados da reunião (a realizar amanhã); estruturar e impulsionar as comissões distritais para a dinamização do Congresso; desenvolver o esclarecimento e debate com os trabalhadores das questões relacionadas com o Congresso, e debater a estrutura sindical e o regulamento do Congresso com os trabalhadores.

DEBATE PÚBLICO

O debate público dos problemas relacionados com o A

Congresso deverá iniciar-se imediatamente nos órgãos de comunicação social, mas com obediência aos seguintes princípios: «definição prévia nos termos da transcrição ou transmissão nos referidos órgãos de comunicação das diferentes posições», garantindo o respeito integral; rejeição «de que o debate se processe na base dos blocos dos sindicatos, mas antes se integre na preparação do Congresso de forma unitária e com respeito pela estrutura sindical existente; rejeição do debate em órgãos de comunicação declarada ou abertamente reaccionários e (ou) sem expressão junto dos trabalhadores».

Os projectos de regulamento apresentados deverão ser levados à discussão dos trabalhadores durante um mês, findo o qual será votado, em Reunião Geral dos Sindicatos. Em seguida, será marcada a data do Congresso.

Todas estas questões foram sucessivamente votadas, em forma de moção, e, na sua maioria, mereceram aprovação unânime.

CRÍTICAS AOS SINDICATOS DA «CARTA ABERTA» E APELO À UNIDADE

A atitude das Direcções Sindicais que apelaram à não comparência nas reuniões distritais e na reunião geral de sábado foi condenada, nos termos de uma moção que apenas teve um voto contra, considerando que «nada justifica a fuga à discussão democrática no seio do movimento sindical». A mesma moção termina

com um apelo às direcções sindicais que estiveram ausentes para se integrarem nos trabalhos preparatórios do Congresso.

A atitude contestada fora assumida, designadamente, pela Direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, a qual difundiu um comunicado, no próprio dia da reunião, denunciando «a prática sectária e divisionista sistematicamente assumida pelo Secretariado da Intersindical», e repetindo as ideias anteriormente expandidas sobre a Comissão Organizadora («que será a exclusiva responsável pela preparação e organização do Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade»).

Em contacto estabelecido esta manhã com um elemento da direcção deste sindicato obtivemos a informação de que ainda não havia conhecimento directo da acta da reunião e que nem a direcção nem a comissão de redacção da «Carta Aberta» tinham ainda reunido para tomar posição sobre as resoluções da R. G. S. de sábado. afirmou, no entanto, que a inclusão desse Sindicato no grupo de 27 organizações que constituem a Comissão Organizadora Provisória não tem em conta as posições definidas na «Carta Aberta» nem respeita minimamente os seus princípios, e que a situação lhe parece pior do que aquela a que tinham chegado na reunião em que se cavou a situação de malogro actualmente existente no movimento sindical. A direcção do sindicato vai reunir e, posteriormente, contactará restantes componentes da «Carta Aberta», bem como os sindicatos que a apoiaram, para uma tomada de posição final.

8 SET. 1976

Reunião parcial de sindicatos aprova teses da Intersindical e agrava a divisão já existente

Como se previa, os representantes de 167 sindicatos, reunidos no sábado em Lisboa, por convocação da Intersindical, tomaram decisões que poderão vir a agravar a divisão no seio dos trabalhadores portugueses (ver "O Dia" de 4/9/76). Além de condenarem a não comparência dos sindicatos da "Carta Aberta" na reunião, aqueles sindicalistas consideraram que "tal atitude revela total desrespeito pelas mais elementares regras democráticas".

Entretanto, as organizações sindicais ali reunidas — entre as quais se contavam 39 não filiados na Intersindical — aprovaram por unanimidade uma moção de rejeição do "princípio de paridade", proposto pelos sindicatos afetos à "Carta Aberta" para a formação da Comissão Organizadora, a nível nacional, do anunciado Congresso dos Sindicatos. A esta posição junta-se outra das conclusões aprovadas no encontro ratificando a proposta do secretariado da Inter, segundo a qual a constituição daquela Comissão "deverá obedecer ao seguinte critério: representar diversificadamente as várias zonas geográficas do continente, representar os principais sectores da actividade, representar sindicatos filiados ou não na Intersindical, de

diversas formas de pensamento com real expressão no movimento sindical". Segundo as conclusões, a citada comissão deverá também "ser eleita em reunião geral de sindicatos, a convocar para a aprovação do regulamento do Congresso".

Fica, todavia, no ar uma questão: que tipo de Congresso? De facto, as conclusões da reunião do último sábado, não só pela sua relativa ambiguidade, mas também pela identificação que apresentam relativamente às ideias do secretariado da central única, vão originar a frontal discordância dos sindicatos da "linha democrática" que, como previam, veem recusados os seus pontos de vista e aprovada a "aritmética sindical" daquele secretariado, cuja linha e teses têm vindo a contestar. Apesar de ter sido decidido no sábado que "importa considerar para a constituição da Comissão Organizadora alguns dos sindicatos que hoje não quiseram estar presentes nesta reunião geral" (a que vão comparecer a maioria dos sindicatos portugueses), os "sindicatos democráticos" não deverão aceitar essa proposta que, a concretizar-se, faria com que dessem o seu aval a uma comissão maioritariamente constituída por organizações afectas ao secretariado da Intersindical.

Nestas condições, as decisões de sábado apontam mais para a realização de um II Congresso da Intersindical do que para o Primeiro Congresso ("em Unidade") dos Sindicatos. Tal realização provocaria, segundo bastantes observadores, a provável criação de uma segunda central sindical, de que todas as correntes sindicais afirmam discordar.

Por outro lado, enquanto se aguardam as reacções dos sindicatos que não compareceram ao encontro, deve salientar-se que foi antontem estabelecido que o debate público acerca do Congresso seja apenas levado a cabo nos órgãos de informação que "não sejam claramente reaccionários", posição que novamente contraria a dos "sindicatos democráticos e que esteve na origem, entre outros aspectos, da sua ausência à reunião. Com efeito,

lembrando que não deve haver diferenças de tratamento relativamente à possibilidade de todos esses órgãos acompanharem a polémica sindical, o mais recente comunicado do grupo da "Carta Aberta", respondendo aos argumentos da "Inter", afirmava:

"Os órgãos de Informação não são os melhores? Eles representam, como outras estruturas da sociedade, uma determinada fase da sua evolução. Não deverão os trabalhadores utilizá-los? Estranha política, camaradas! As divergências entre os trabalhadores não devem ser discutidas publicamente, quando elas existem? Quando toda a sociedade portuguesa sabe que elas existem? A política de avestruz, de esconder a cabeça na areia, nunca serviu a avestruz, nem tão pouco servirá os trabalhadores portugueses!"

PREOCUPAÇÃO PERANTE DIVISÕES NO MUNDO DO TRABALHO

A Comissão Directiva, nos termos estatutários, aprovou a Ordem dos Trabalhos do Congresso, a qual terá os seguintes pontos:

- 1 — Definição da linha política do Partido.
- 2 — Modificação dos Estatutos.
- 3 — Eleição dos Órgãos Dirigentes.

A Comissão Nacional ouviu vários camaradas sindicalistas exprimirem as suas preocupações sobre as divisões que se têm vindo ultimamente a agravar no mundo do trabalho e nomeadamente sobre a decisão unilateral tomada ontem na reunião do I. S. T. pelos Sindicatos da linha da Intersindical que, a manter-se, impede objectivamente a realização de um verdadeiro Congresso da Unidade.

A Comissão Nacional lamenta o sectarismo da Intersindical e recomenda a todos os trabalhadores socialistas que continuem a lutar pelo Congresso

para a Unidade Sindical, na democracia, sem transigências quanto a golpismos ou manipulações, tomando posição nos locais de trabalho e assembleias sindicais

As Comissões congratularam-se com os resultados positivos obtidos pela missão do P. S. enviada a Angola presidida por António Macedo e integrada pelos camaradas Tito Moraes e Rui Mateus. O restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e Angola foi

- A Comissão Nacional lamentou o sectarismo da Intersindical e recomendou a todos os trabalhadores socialistas que continuem a lutar pelo Congresso para a Unidade sindical.
- Definida uma estratégia independente sem alianças na apresentação das listas nas eleições para as autarquias.

aplaudido prolongadamente pela Assembleia.

REUNIÃO DE BANCÁRIOS EM COIMBRA

COIMBRA — Hoje e amanhã vão realizar-se, nesta cidade, reuniões de trabalhadores bancários, que decorrerão na sede do Sindicato dos Bancários do Centro.

Esta noite, pelas 21 e 30, a reunião será com bancários que exercem funções de gerência e chefia, com a direcção do Sindicato e o grupo de contratação.

Amanhã, serão as trabalhadoras bancárias que debaterão a apreciação de problemas que dizem respeito ao labor feminino nas organizações bancárias.

ENCONTRO DO PS MARCA CONGRESSO E MANTÉM LINHA SINDICAL

O apoio firme à política desenvolvida pelo Governo, a mobilização de todo o aparelho do Partido para as eleições das autarquias locais, e a antecipação do Congresso que se realizará nos dias 30 e 31 de Outubro e 1 de Novembro próximos na Figueira da Foz, foram as principais decisões tomadas pelas Comissões Nacional e Directiva do Partido Socialista, que ontem se reuniram durante todo o dia sob a presidência de Mário Soares nas instalações do Rato. A Comissão Nacional aprovou ainda uma moção na qual afirma a sua grande preocupação pela libertação dos pides, antes de serem julgados, pelos despejos dos moradores pobres das casas por eles ocupadas e pelo aumento do custo de vida, problema para o qual a atenção do Governo, com vista a encontrar uma solução adequada.

No comunicado distribuído ao princípio da madrugada refere-se também, quanto às eleições para as autarquias locais, "uma estratégia independente, sem alianças, na apresentação das listas para os municípios, sem prejuízo do PS poder vir a apoiar listas de cidadãos independentes ao nível de freguesias". A Comissão Directiva, por sua vez, aprovou a Ordem dos Trabalhos do Congresso, a qual terá os seguintes pontos: definição da linha política do Partido; modificação dos Estatutos; Eleição dos órgãos dirigentes". A Comissão Nacional lamentou ainda "o sectarismo da Intersindical" e, classificando de unilateral a decisão tomada ontem na reunião do I.S.T. pelos sindicatos a que chama da "linha da Intersindical" recomendou "a todos os trabalhadores socialistas que continuem a lutar pelo Congresso da Unidade Sindical, na democracia sem transigências quanto a golpismos ou manipulações, tomando posições nos locais de trabalho e assembleias sindicais".

Diário
6/9/76

P. Popular
6/9/76

P. Popular
6/9/76

Manifesto dos trabalhadores

«EXORTAMOS todos os trabalhadores sociais-democratas a

que todas as suas forças se mobilizem e intervenham activa e conscientemente no movimento sindical português, neste momento histórico por que passa o debate acerca da sua organização» — afirma-se num manifesto aos trabalhadores portugueses, aprovado no encontro nacional dos trabalhadores sociais-democratas, organizado pelo P.P.D., e que ontem decorreu em Lisboa.

Nesse manifesto, propõe-se, também, a todos os trabalhadores portugueses e às direcções sindicais o seguinte:

«Esclarecimento completo sobre as várias correntes sindicais, nomeadamente quanto aos seus princípios doutrinários, meios e objectos, especialmente no que respeita ao sindicalismo reformista, por forma a que todos possam optar conscientemente por aquela que entenderem melhor possa defender os seus direitos e interesses; amplo debate a nível nacional, através dos órgãos de comunicação social, sobre os grandes problemas do mundo do trabalho, após o que se surgere o lançamento de um inquérito a todos os trabalhadores, por forma a obter democraticamente um consenso nacional dos desejos da maioria dos trabalhadores portugueses; que se considere o direito de tendência não como uma forma de servir as forças antidemocráticas nas suas intenções totalitárias, mas sim como uma forma de expressão das várias correntes existentes no seio de cada sindicato.»

capital 6/9/76

Seculo 6/9/76

Trabalhadores sociais-democratas defendem o direito de tendência

«Exortamos todos os trabalhadores sociais-democratas a que todas as suas forças se mobilizem e intervenham activa e conscientemente no movimento sindical português, neste momento histórico por que passa o debate acerca da sua organização» — afirma-se num manifesto aos trabalhadores portugueses, aprovado no Encontro Nacional dos Trabalhadores Sociais-Democratas, organizado pelo PPD, que decorreu em Lisboa.

Nesse manifesto, propõe-se, também, a todos os trabalhadores portugueses e às direcções sindicais o seguinte:

«Esclarecimento completo sobre as várias correntes sindicais, nomeadamente quanto aos seus princípios doutrinários, meios e objectos, especialmente no que respeita ao sindicalismo reformista, por forma a que todos possam optar, conscientemente, por aquela que entenderem melhor possa defender os seus direitos e interesses; amplo debate a nível nacional, através dos órgãos de comunicação social,

sobre os grandes problemas do mundo do trabalho, após o que se sugere o lançamento de um inquérito a todos os trabalhadores, por forma a obter, democraticamente, um consenso nacional dos desejos da maioria dos trabalhadores portugueses; que se considere o direito de tendência não como uma forma de servir as forças antidemocráticas nas suas intenções totalitárias, mas sim como uma forma de expressão das várias correntes existentes no seio de cada sindicato.»

«INTER» COMENTA REUNIÃO GERAL

Capital 6/9/76

COM a finalidade de preparar os trabalhos do Congresso de todos os Sindicatos, realizou-se no Instituto Superior Técnico, no sábado, numa R. G. S. em que se registou a presença de 194 delegações, assim distribuídas: 167 sindicatos (sendo 128 filiados na Intersindical e 39 não filiados), 8 federações, 16 uniões distritais, 3 uniões locais representando cerca de 1 400 000 trabalhadores. No comunicado distribuído pela Intersindical afirma-se que, «pese embora tentativas de desmobilização por parte de algumas direcções sindicais, apoiadas por certa imprensa, se registou uma das maiores reuniões sindicais de sempre».

Segundo o mesmo documento, «durante a reunião foram largamente debatidos os problemas ligados à preparação do Congresso.

O tom geral das intervenções e das votações mostraram determinação da esmagadora maioria do movimento sindical de caminhar para a unidade de todos os trabalhadores, repudiando todas as manobras divisionistas, venham de onde vierem».

Das conclusões desta reunião salientam-se as seguintes:

«No Congresso participarão todos os sindicatos portugueses, filiados ou não na Intersindical Nacional que, em absoluto pé de igualdade, poderão discutir, propor e votar.

«Reafirmar que a Intersindical Nacional — central única dos trabalhadores portugueses — constituiu-se durante o fascismo, e contra o fascismo, é obra dos trabalhadores portugueses e ninguém poderá legitimamente contestar a sua existência, nem tão-pouco pretender criar aquilo que já existe.

O congresso deve servir para reestruturar a Central Unica dos Trabalhadores Portugueses e aperfeiçoar a sua estrutura, analisar e corrigir os erros cometidos e definir um projecto de organização e acção que a consolide, como um instrumento eficaz para a defesa e promoção dos interesses dos trabalhadores portugueses.»

No que se refere à comissão organizadora nacional do congresso foi rejeitado o princípio de paridade e aprovados os seguintes princípios:

«Representar diversificadamente as várias zonas geográficas do continente; representar os principais sectores de actividade; representar sindicatos filiados e não filiados de diversas formas de pensamento com real expressão no movimento sindical.»

Por outro lado, e segundo os critérios aprovados, considerou-se, para a constituição da mesma C. O. N. P., alguns dos sindicatos que não quiseram estar

presentes naquela reunião geral, decidindo que «inicie de imediato as suas funções, mesmo com prejuízo da ausência de alguns sindicatos que, eleitos, não queiram a qualquer momento nela ficar integrados».

Quanto à controversa questão da presença dos meios de comunicação social, ficou decidido o seguinte:

«Seja dado início imediato a um debate público, nos órgãos de Comunicação, sobre os problemas relacionados com o congresso, desde que preenchidas as condições seguintes:

«Definição prévia nos termos da transcrição ou transmissão dos referidos órgãos de comunicação das diferentes posições e garantindo por aqueles o seu respeito integral; rejeição de que o debate se processe nas bases de blocos dos sindicatos, mas se integre na preparação do congresso de forma unitária e com respeito pela estrutura sindical existente; rejeição de debate em órgãos de comunicação declaradamente ou abertamente reaccionários e (ou) sem expressão junto dos trabalhadores.»

O comunicado da Intersindical, que temos vindo a citar termina, afirmando:

«Foi, ainda, aprovada uma moção (apenas com um voto contra) reprovando a atitude das direcções sindicais que apelaram à não comparência nas reuniões distritais já efectuadas e nesta R. G. S.

Por unanimidade e aclamação foram a provadas 4 moções, uma sobre o desanuviamento e o desarmamento, outra de apoio à luta dos trabalhadores agrícolas do Porto contra a exploração de que são vítimas, uma outra reafirmando as posições do movimento sindical sobre a previdência e finalmente, uma moção de repúdio pela perseguição, por parte do patronato reaccionário, a delegados sindicais, perseguição concretizada por despedimento e, até, agressões mortais.»

Rejeitada proposta da «carta aberta» em reunião preparatória do congresso

As Associações Sindicais presentes na reunião geral de Sindicatos realizado no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, aprovaram, por unanimidade, a rejeição do «princípio de paridade» — para a formação da «Comissão Organizadora Nacional do próximo Congresso Sindical».

A este respeito, aliás, afirmou a Inter: «A igualdade numérica exigida por um grupo minoritário que a si mesmo se intitula de democrática despreza as regras mais elementares da democracia, ou seja, o respeito pelas expressões maioritárias».

Na reunião participaram, de acordo com um comunicado emitido, no final, pelo Gabinete de Informação da Intersindical; 194 delegações, assim distribuídas: 167 sindicatos (sendo 128 filiados na Intersindical e 39 não filiados), 8 federações, 16 uniões distritais, 3 uniões locais, representando cerca de 1 400 000 trabalhadores.

«Lembre-se, a propósito, que a última R. G. S. teve a presença de apenas 144 sindicatos».

Não estiveram presentes os sindicatos da Comissão de Redacção da Carta Aberta, mas tal não aconteceu em relação a delegações sindicais que recentemente se reuniram em Coimbra (que contestam a orientação e legalidade do secretariado da Intersindical) já que, «muitas delas estavam na sala», como nos disseram.

Relativamente à representação nortenha, que o informador da Comissão de Imprensa considerou «numerosa», conseguimos apurar estarem presentes, do distrito do Porto, 15 sindicatos filiados na Inter e oito não filiados.

Fuga à discussão

A ordem de trabalhos aprovada por consenso, segundo o informador da reunião, foi a seguinte: análise da atitude dos camaradas da Comissão de Redacção da «carta aberta»; análise das reuniões efectuadas em Coimbra; discussão do projecto de regulamento; data do congresso; debate público; comissão organizadora, e informações.

Na primeira parte da sessão foram apenas discutidos os dois primeiros pontos, tendo sido aprovada, com um voto contra, uma moção que transcrevemos:

«Considerando que: houve direcções de sindicatos que apelaram à não comparência nas reuniões distritais já efectuadas e desta RGS, não acatando a resolução tomada na RGS de imediatamente aceitar e com a sua directa participação; tal atitude revela total desrespeito pelas mais elementares regras democráticas; o pretexto invocado (um debate prévio nos órgãos de comunicação social) não permite a sua desvinculação de compromissos anteriormente assumidos; nada justifica a fuga à discussão no seio do movimento sindical

«Decidem: reprovar a atitude das direcções desses sindicatos que, em nada favorece os esforços unitários para a realização do congresso. Apelar às direcções sindicais ausentes para se integrarem nos trabalhos preparatórios do congresso, vindo a estar presentes nas próximas reuniões.»

Unidade ou divisão?

Sobre os resultados desta reunião geral, um dirigente dos Sindicatos dos Têxteis, antes de ela começar, salientou que o consenso dos sindicalistas presentes seria para uma procura de unidade, embora na sua opinião a ausência dos sindicatos ligados à comissão de redacção da CA fosse de criticar. Considerou que a melhor hipótese de avançar para o congresso seria ali eleger uma comissão dinamizadora e não uma comissão organizadora, mas nada com carácter definitivo.

Entretanto, em comunicado distribuído aos órgãos de Informação, a direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, anunciou a sua não participação na reunião, afirmando que «não dará cobertura a qualquer actuação divisionista do Secretariado da Intersindical», frisando que «continuará a lutar firmemente pelas condições que permitirão um verdadeiro e democrático congresso de todos os sindicatos para a unidade».

Concluíram os sindicatos reunidos no Instituto Superior Técnico que, no congresso (que terá a designação de Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses pela Unidade dos Trabalhadores pela Reestruturação da Intersindical Nacional — Central Única dos Trabalhadores Portugueses), participarão «todos os sindicatos, filiados ou não na Intersindical Nacional que, em absoluto pé de igualdade, poderão discutir, propor ou votar».

A comissão organizadora nacional do congresso deverá obedecer ao seguinte critério: «Representar diversificadamente as várias zonas geográficas do continente; representar os principais sectores de actividade; representar sindicatos, filiados ou não filiados na Intersindical, de diversas formas de pensamento com real expressão no movimento sindical».

Os sindicatos presentes na reunião resolveram ainda, unanimemente, que o congresso deva «servir para reestruturar a central única dos trabalhadores portugueses, aperfeiçoar as suas estruturas, analisar e corrigir os erros cometidos», reafirmando, por outro lado, que a Intersindical Nacional «é obra dos trabalhadores portugueses e ninguém poderá legitimamente contestar a sua existência nem tão-pouco pretender criar aquilo que já existe».

No que respeita ao debate público dos problemas relacionados com o congresso, a reunião geral de sindicatos definiu que esse debate seja levado a cabo nos órgãos de Informação que «não sejam claramente reaccionários» e que ele não se processe «na base de blocos de sindicatos».

Comissão organizadora

Os sindicalistas presentes, aprovaram uma proposta onde, considerando «que não se pode protelar por mais tempo o anda-

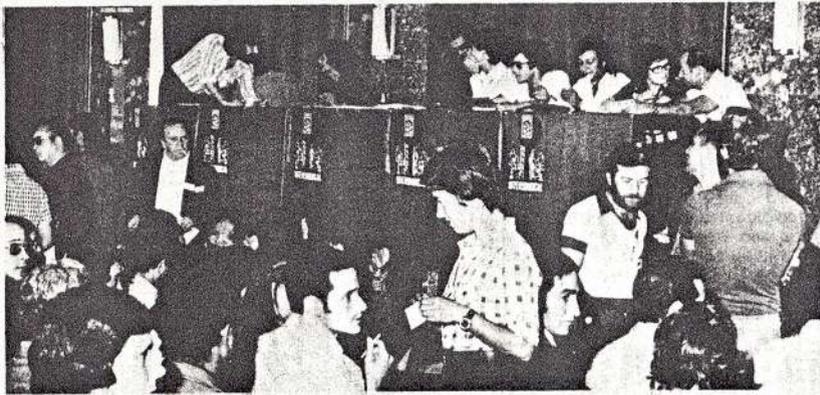
mento dos trabalhos de organização do congresso», se propõe a eleição da Comissão Organizadora Nacional Provisória.

Foi eleita essa comissão, que é constituída pelos seguintes sindicatos: Trabalhadores Agrícolas de Évora, Bancários do Sul e Ilhas, Construção Civil de Lisboa, Trabalhadores do Comércio de Lisboa, Construção Civil de Setúbal, Comércio de Coimbra, Electricistas do Norte, Trabalhadores de Escritórios de Lisboa e do Porto, Ferroviários do Sul, Gráficos do Porto, Lanificios de Leiria e Coimbra (Castanheira de Pera), Metalúrgicos de Aveiro, Metalúrgicos de Lisboa e Setúbal, Oficiais Pilotos, Comissários e Radio-técnicos da Marinha Mercante,

Pescadores de Peniche, Químicos de Lisboa, Motoristas do Porto, Rodoviários de Setúbal, Têxteis do Porto, Têxteis e Lanificios do Sul, Vestuário do Porto e Vidreiros.

«Estruturar e impulsionar as comissões distritais para a dinamização do congresso», iniciará de imediato as suas funções, mesmo com prejuízo da ausência de alguns sindicatos ou daqueles que, eleitos, não queiram a qualquer momento nela ficar integrados». A integração na comissão dos sindicatos agora eleitos mas ausentes, torna-se efectiva apenas a partir do momento em que declararem aceitar a eleição, em comunicação expressa à mesa da reunião geral de sindicatos.

Comissão Organizadora Provisória prepara reestruturação da Inter



«Unidade dos trabalhadores» e «reestruturação da Intersindical Nacional — Central Única dos trabalhadores portugueses» são os principais objectivos do próximo Congresso de todos os Sindicatos Portugueses, definidos em reunião geral realizada no sábado, em Lisboa, com a presença de cerca de metade dos sindicatos existentes no País.

O Congresso, que tem sido alvo de polémica no seio do Movimento Sindical, dispõe, desde o último fim-de-semana, de uma comissão organizadora provisória a nível nacional, da qual fazem parte sindicatos que representam os principais sectores de actividade e as «diversas formas de pensamento com real expressão no Movimento Sindical», filiados ou não na Intersindical.

Compete àquele organismo, mandatado exclusivamente até à próxima reunião geral de sindicatos, que aprovará o regulamento do Congresso, estruturar e impulsionar as comissões distritais para dinamização do Congresso, desenvolver o esclarecimento e debate com os trabalhadores das questões com ele relacionadas, e debater com a estrutura sindical e os trabalhadores o respectivo regulamento.

A Comissão Organizadora Provisória iniciou já as suas funções, «mesmo com prejuízo da ausência de alguns sindicatos ou daqueles que, eleitos, não queiram a qualquer momento nela ficar integrados». Dela fazem parte quatro sindicatos da Comissão de Redacção da Carta Aberta (Bancários do Sul e Ilhas, Escritórios de Lisboa, Comércio de Lisboa e Metalúrgicos de Aveiro), que estiveram ausentes, como se previa. Recorde-se que, no seu último encontro em Coimbra, estes sindicatos fizeram depender de prévio debate público a sua participação na reunião geral. Esse debate foi rejeitado pelo Secretariado da Inter, nos termos em que foi proposto.

Contactados esta manhã pelo nosso jornal, José Luís Gaspar, dos Escritórios de Lisboa, e Vitor Gonçalves, dos Bancários do Sul, declararam-se mal informados sobre as conclusões da reunião geral, aguardando conhecê-las em detalhe. Nada adiantaram, portanto, sobre a sua participação (ou não) na Comissão Provisória agora constituída. No entanto, José Luís Gaspar considerou «bastante grave» que os sindicatos tivessem rejeitado o «princípio

da paridade», ponto em que os sindicatos da Carta Aberta se têm mostrado inamovíveis, mas que o conjunto do Movimento Sindical recusa.

À margem da metodologia agora adoptada com intuíto inutáveis, continua marcada para Coimbra, nos dias 13 e 14, novo encontro promovido pela Comissão de Redacção da Carta Aberta.

JÁ HÁ CENTRAL ÚNICA

No Congresso participarão todos os sindicatos portugueses, filiados ou não na Intersindical, que poderão discutir, propor e votar em absoluto pé de igualdade — decidiram os sindicatos, na reunião de sábado. Por unanimidade, ficou igualmente claro que o Congresso «deve servir para reestruturar a Central Única dos Trabalhadores Portugueses e aperfeiçoar a sua estrutura».

Reafirmou-se, em efeito, que essa Central, a Intersindical, «constituiu-se durante o fascismo e contra o fascismo, é obra dos trabalhadores portugueses e ninguém poderá legitimamente contestar a sua existência nem tão pouco pretender criar aquilo que já existe». Trata-se, agora, de «aperfeiçoar a sua estrutura, analisar e corrigir os erros cometidos e definir um projecto de organização e acção que a consolide como um instrumento eficaz para a defesa e promoção dos interesses dos trabalhadores portugueses».

A s delegações presentes — 167 sindicatos (39 dos quais não filiados), oito federações e 19 uniões, representando cerca de 1400 mil trabalhadores — decidiram, ainda, não «protelar por mais tempo os

trabalhos de organização», pelo que elegeram uma Comissão Provisória, tendo rejeitado, como se disse, o princípio da paridade.

JORNALISTAS: DIRECÇÃO EM ATRASO

Entretanto, a direcção do Sindicato dos Jornalistas, dez dias após o Encontro de Coimbra promovido pela Comissão de Redacção da Carta Aberta, emitiu um comunicado em que dá conta da sua presença na aquela reunião — facto do qual estes já tinham tido conhecimento em devido tempo, nomeadamente através de notícia publicada pelo «Jornal Novo». Este vespertino, aliás, inseria uma foto de Mendes Pedro, um dos dirigentes ainda em exercício, pelo que não restavam dúvidas quanto à efectiva participação do Sindicato dos Jornalistas, cuja direcção — recorde-se — não foi mandatada pela classe para tal efeito.

Promete agora a direcção deste sindicato convocar, «oportunamente», uma assembleia geral «onde será definida a posição a adoptar com vista ao Congresso de todos os Sindicatos». Para já, fica-se a conhecer a sua posição quanto a uma das questões habitualmente versadas pelos sindicatos aderentes à «Carta Aberta»: em seu entender, o Secretariado da Central Sindical nem sequer deve participar na Comissão Organizadora do Congresso, sob pena de «acarretar a impossibilidade de se alcançar a unidade que leve ao Congresso de todos os Sindicatos». Saliente-se que tal ponto de vista é estranho aos propósitos anunciados pela Comissão da Carta Aberta, que, pelo menos publicamente, nunca afastou a hipótese de

participação do Secretariado.

Em abono das posições adoptadas, a Direcção do Sindicato dos Jornalistas refere, no seu comunicado, números que não correspondem à realidade, tirando assim conclusões precisamente contrárias às que derivam da realidade. Assim — e diversamente do que se afirma nesse comunicado — a maioria dos sindicatos portugueses, representando oitenta por cento dos trabalhadores, está efectivamente filiada na Intersindical, trata-se, como se constata, de um lapso informativo de profissionais da Informação, dirigentes contestados de um sindicato enfraquecido.

Sindicatos de Faro exigem

«RIGOROSO INQUÉRITO À AGRESSÃO DE CARLOS BARNABÉ»

Voluntário 6/9/76

FARO — O secretariado da União dos Sindicatos de Faro tomou posição sobre a agressão que ia vitimando mortalmente Carlos Alberto Barnabé, sindicalista «activo na defesa dos interesses dos trabalhadores e reforço do movimento sindical unitário», exigindo «que seja feito rigoroso inquérito pela Polícia Judiciária» e que, entretanto, «o agressor guarde na prisão o julgamento».

Os acontecimentos ainda mal esclarecidos produziram-se na «noite de 1 para 2 de Setembro», em Faro, quando, sem qualquer razão aparente, um indivíduo de nome Pedro Lopes Borges, saltou, literalmente, sobre o conhecido

sindicalista, navalha em riste e com a nítida intenção de o eliminar fisicamente. Gravemente ferido na garganta, Carlos Barnabé permanece em estado que inspira preocupação.

«A lista dos operários sindicalistas agredidos por defenderem os interesses de todos os trabalhadores — diz a União dos Sindicatos de Faro — é já longa. Basta recordar o exemplo dos dois trabalhadores videntes do Porto — acrescenta ainda o comunicado — igualmente vítimas do ódio assassino da reacção».

Denunciando esta «vaga de ódio reaccionária» a USF exige a intervenção enérgica das autoridades.

INTERSINDICAL PROMOVE SOLIDARIEDADE COM CHILE

A fim de manifestar o seu apoio às massas trabalhadoras chilenas na luta contra o fascismo, a Intersindical promove no período compreendido entre 7 e 12 deste mês uma jornada de Solidariedade que conta com a presença de uma delegação oficial da Central Única de Trabalhadores do Chile.

A delegação é composta por Humberto Elgueta, Agustin Munoz e Olga Shtandier, chega a Lisboa no dia 7, às 16 e 30, deslocando-se, no dia seguinte, à CUF onde confraternizará com os trabalhadores daquela empresa. No dia 9, desloca-se a Beja onde visitará o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas

e uma cooperativa agrícola.

O dia 10 será preenchido com uma visita à Lisnave e reunião com as comissões de trabalhadores e sindical da empresa. No dia 11, data em que se comemora o terceiro aniversário do sangrento golpe fascista, haverá um início de solidariedade no Pavilhão dos Desportos de Lisboa.

Por último, no dia 12, decorrerá no Teatro da Trindade um espectáculo de canto revolucionário no qual intervêm, entre outros, Carlos Paredes, Fernando Tordo, Luísa Basto, Ary dos Santos, o Coro dos Mineiros de Aljustrel, José Jorge Letria e José Barata Moura.

PROFUNDO GOLPE NO DIVISIONISMO

Reprovação do princípio da paridade, eleição da Comissão (provisória) Organizadora Nacional do Congresso, aprovação da designação a dar ao mesmo e definição das tarefas imediatas a que a Comissão tem de meter ombros, foram os aspectos dominantes da Reunião Geral de Sindicatos, efectuada no passado sábado, no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico.

Estiveram presentes 167 sindicatos (128 filiados na Intersindical e 39 não filiados) e, ainda, 8 federações, 16 uniões distritais e 3 uniões locais. Estas organizações representam um milhão e quatrocentos mil trabalhadores. No comunicado final da reunião é salientado o facto de "apesar de algumas tentativas de desmobilização por parte de certas direcções sindicais apoiadas

por certa imprensa registou-se uma das maiores reuniões sindicais de sempre". Na última RGS tinham estado presentes representantes de 144 sindicatos.

No decorrer dos trabalhos os sindicalistas reafirmaram que "a Intersindical Nacional constituiu-se durante o fascismo e contra o fascismo, é obra dos trabalhadores portugueses e ninguém

poderá legitimamente contestar a sua existência, nem tão pouco pretender criar aquilo que já existe". Foi ainda decidido pelos sindicatos presentes que o debate preparatório do Congresso não deve ser feito "em órgãos de comunicação declaradamente reaccionários e (ou) sem expressão junto dos trabalhadores".

(Pág. 7)



Reunião Geral de Sindicatos

RECONHECIDO O PAPEL DA INTER E REFORÇADA A UNIDADE SINDICAL

"A Comissão Organizadora Nacional do Congresso dos Sindicatos deverá obedecer aos seguintes princípios: representar diversificadamente as várias zonas geográficas do continente; representar os principais sectores de actividade; representar sindicatos filiados e não filiados de diversas formas de pensamento com real expressão no movimento sindical" — este, juntamente com o que rejeita o "princípio da paridade", um dos documentos aprovados por unanimidade e aclamação no decorrer da Reunião Geral de Sindicatos, efectuada no Instituto Superior Técnico, no passado sábado.

Na reunião, que tinha por finalidade dar seguimento aos trabalhos preparatórios do Congresso de Todos os Sindicatos, foram amplamente discutidos aspectos relacionados com a sua realização, tendo participado no debate 167 sindicatos (128 filiados na Intersindical e 39 não filiados), 8 federações, 16 uniões distritais, 3 uniões locais. Estas organizações representam um milhão e quatrocentos mil trabalhadores. "Apesar de algumas tentativas de desmobilização por parte de algumas direcções sindicais apoiadas por certa imprensa — salienta o comunicado final da reunião — registou-se uma das maiores reuniões sindicais de sempre." E recorda que a última RGS contou com a presença de 144 sindicatos.

Por unanimidade e aclamação, os sindicatos participantes na reunião aprovaram, entre as 11 e as 22 horas, várias moções e propostas, destacando-se o documento que determina a designação do congresso: "Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses Pela Unidade dos Trabalhadores, Pela Reestruturação da Intersindical Nacional — Central Única dos Trabalhadores Portugueses".

Noutro documento afirma-se que "no Congresso participarão todos os sindicatos portugueses, filiados ou não na Inter-

sindical que integra 26 organizações sindicais, as quais representam "diferentes correntes de pensamento com efectiva expressão no seio do movimento sindical português".

Com um voto contra, foram aprovadas as tarefas imediatas da CONP: "Estruturar e impulsionar as comissões distritais para a dinamização do Congresso; desenvolver o esclarecimento e debate com os trabalhadores acerca das questões relacionadas com o Congresso; debater a estrutura sindical e o regulamento do Congresso com os trabalhadores." Também com um voto contra, foi decidido que a Comissão "inicie de imediato as suas funções, mesmo com prejuízo da ausência de alguns sindicatos ou daqueles que, eleitos, não queiram, a qualquer momento, nela ficar integrados". Por outro lado, determinou-se que a integração na Comissão dos sindicatos eleitos mas ausentes "se torne efectiva a partir do momento em que declararem aceitar a eleição em comunicação expressa à mesa".

Entretanto, os sindicatos presentes decidiram, também, que "o debate não se processe nas bases de blocos de sindicatos, mas se integre na preparação do Congresso de forma unitária e com respeito pela estrutura sindical existente" e que "se rejeite o debate em



reafirmando as posições do movimento sindical quanto à Previdência e uma última de repúdio em relação às perseguições movidas por entidades patronais reaccionárias contra delegados sindicais, com despedimentos e até agressões mortais.

CONTRA O TERRORISMO

"Uma ordem política que tolera — mesmo que não proteja — o ataque bombista às organizações e aos partidos dos trabalhadores, a agressão e o assassinato de homens progressistas é uma ordem política irremediavelmente condenada e isolada do convívio dos povos democráticos do mundo" — diz a Intersindical que acrescenta: "Só levando às últimas consequências as investigações dos crimes terroristas, revelando publicamente os nomes de todos os responsáveis (...) a democracia que temos será a democracia" desejada pelos trabalhadores.

Intersindical, que "o isolamento de Portugal no mundo é, felizmente, coisa do passado", frisando a seguir que "trabalhadores de todos os países, as suas organizações sindicais e os governos das nações que se regem por uma ordem democrática", seguem com atenção os acontecimentos do nosso país. Mas — acrescenta a nota — esse "crédito" resulta directamente "da clareza da conduta política dos nossos governantes". Por isso que o combate ao terrorismo bombista seja fundamental para uma "ordem política" que não se queira isolar "do convívio dos povos democráticos do mundo" — diz a Intersindical que acrescenta: "Só levando às últimas consequências as investigações dos crimes terroristas, revelando publicamente os nomes de todos os responsáveis (...) a democracia que temos será a democracia" desejada pelos trabalhadores.

COMISSÃO ORGANIZADORA DÁ CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

Promovida pela Comissão Organizadora Nacional Provisória do "Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses" decorre amanhã, na sede da Intersindical em Lisboa, uma conferência de Imprensa. Esta Comissão Organizadora, eleita durante a Reunião Geral dos Sindicatos que se realizou este fim-de-semana, inicia assim os seus trabalhos pondo a informação ao corrente dos seus projectos imediatos.

DE REPENTE FEZ-SE LUZ

O Salão Nobre do Instituto Superior Técnico foi, como se sabe, o local escolhido para a realização da Reunião Geral de Sindicatos, destinada a promover um amplo debate das questões relacionadas com o Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses.

Acontece, porém, que o Técnico se encontrava com a corrente eléctrica cortada, provavelmente para poupar energia, aproveitando o período de férias escolares em que ninguém frequenta as suas instalações. Como o debate dos pontos constantes da agenda da reunião se prolongou para além da hora prevista, os representantes dos 167 sindicatos presentes acabaram por ficar às escuras, facto que, como é compreensível, dificultava

o avanço dos trabalhos. Foi então que electricistas participantes na reunião decidiram meter mãos à obra: fizeram uma ligação fora do edifício, montaram "extensões" até ao Salão Nobre e instalaram lâmpadas. Em pouco tempo a sala ficou iluminada. O debate podia prosseguir sem problemas. Tinha-se feito luz, com a prata da casa.

Quando os trabalhadores se juntam falando de unidade e do modo de construir o futuro comum, por maiores que sejam as dificuldades, nunca se deixa de avançar. A luz que iluminou a sala deixou também claro que o objectivo das massas trabalhadoras é a unidade, a construção da democracia e do Socialismo.

J.J. LETRIA

sindical Nacional, que em absoluto pé de igualdade poderão discutir, propor e votar". Afirma-se, igualmente, que "o Congresso deve servir para reestruturar a Central Única dos Trabalhadores Portugueses e aperfeiçoar a sua estrutura, analisar e corrigir os erros cometidos e definir um projecto de organização e acção que a consolide como um instrumento eficaz para a defesa e promoção dos interesses dos trabalhadores portugueses".

COMISSÃO ELEITA

Considerando "que não se pode protejar por mais tempo o andamento dos trabalhos de organização do Congresso", os sindicatos presentes na reunião decidiram eleger a Comissão Organizadora Nacional Provi-

órgãos de comunicação declaradamente reaccionários e (ou) sem expressão junto dos trabalhadores".

O debate no seio dos trabalhadores deverá durar um mês, devendo as direcções sindicais, após a votação dos projectos, marcar a data do Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses.

Por último, foi aprovada uma moção "reprovando a atitude das direcções sindicais que apelaram à não comparência nas reuniões distritais já efectuadas e nesta RGS". Por unanimidade e aclamação foram ainda aprovadas moções relacionadas com o desanuviamento e o desarmamento, de apoio à luta dos trabalhadores agrícolas do Porto contra a exploração de que são vítimas, uma outra

INTER CONTRARIA A DISCUSSÃO BILATERAL EM AMPLA LIBERDADE

Ex. Porto
6/9/76

O sindicalismo e aquilo que parece ser a sua tripla cisão — linha da Intersindical, «Carta Aberta» e «Terceira Linha», esta recentemente aparecida e condizendo com os sindicatos contestatários da Inter, mas de cariz revolucionário — estarão, nos tempos mais próximos, nas manchetes dos jornais e nos microfones da rádio e televisão, segundo decisões de várias correntes sindicais.

Enquanto a «Carta Aberta» não tomou parte nas reuniões distritais de sindicatos, realizadas pela Inter de 30 de Agosto a 3 de Setembro, e na reunião nacional de 4 de Setembro, por falta do «amplo debate» público dos problemas sindicais, a Intersindical acaba de emitir um comunicado em que divulga várias decisões tomadas na mesma reunião nacional, incluindo a decisão quarta que versa «princípios aprovados sobre o debate público». Simultaneamente, realizou-se ontem em Lisboa, organizado pelo PPD, o «Encontro Nacional dos Trabalhadores Sociais-Democratas», onde foram tomadas decisões igualmente convergentes a um «amplo debate» a nível nacional.

Do comunicado da Intersindical extraímos a sua conclusão quarta (aprovada por maioria, com um voto contra e três abstenções): «Seja dado início imediato a um debate público nos órgãos de comunicação sobre os problemas relacionados com o Congresso, desde que preenchidas as condições seguintes:

- A) Definição prévia nos termos da transcrição ou transmissão nos referidos órgãos de comunicação das diferentes posições e garantindo por aqueles o seu respeito integral;
- B) Rejeição de que o debate se processe nas bases de blocos dos sindicatos, mas se integre na preparação do Congresso de forma unitária e com respeito pela estrutura sindical existente.
- C) Rejeição de debate em órgãos de comunicação declaradamente ou abertamente reaccionários e (ou) sem expressão junto dos trabalhadores.

CONTINUA NA PÁGINA 6

→ - Intersindical tenta Congresso Nacional - Sociais-Democratas pedem amplo debate - «Carta Aberta» reunirá em Coimbra

(Continuação da 1.ª página)

Assim, enquanto a «Carta Aberta» pretendia o amplo debate «a priori», a Intersindical pretende o debate público «a posteriori», condicionado e convergente aos fins do congresso de forma unitária e com respeito pela estrutura sindical existente.

A ÓPTICA SOCIAL-DEMOCRATA

Organizado pelo P.P.D. — Partido Popular Democrático — realizou-se em Lisboa, o Encontro Nacional dos Trabalhadores Sociais-Democratas, que concluiu pela emissão de um «Manifesto aos trabalhadores portugueses».

Aquele documento começa pelos seguintes considerandos:

Considerando que a chamada Lei da Unidade Sindical foi a geradora da maior desunção que se verificou entre os trabalhadores deste País, tendo sido a Intersindical o seu órgão manipulador e executivo, na medida em que tem servido como autêntica corrente de transmissão partidária; considerando que, no panorama actual do sindicalismo português, se constata existir uma luta entre forças políticas que se propõem, por métodos diferentes só na aparência, dominar as classes trabalhadoras para as explorarem dentro dos seus objectivos político-partidários — o pluralismo sindical, por um lado, divide e enfraquece os trabalhadores e, por outro, a unidade sindical, unidade imposta por lei, os amarra a paternalismos dirigistas de cúpula que se prestam a todos os golpes e manipulações — e o art.º 57.º da nossa Constituição estabelece que a liberdade sindical é condição e garantia da construção da unidade sindical dos trabalhadores para a defesa dos seus direitos e interesses; a tradição da social-democracia é de unidade sindical na liberdade, apontando para um sindicalismo livre, forte e unitário.

Na sua conclusão o «Manifesto aos trabalhadores portugueses», apresenta três propostas distintas:

1.º — Esclarecimento completo sobre as várias correntes sindicais, nomeadamente quanto aos seus princípios doutrinais, meios e objectivos, especialmente no que respeita ao sindicalismo reformista, social-democrata, por forma que estes possam optar conscientemente por aquela que entenderem melhor defender os seus direitos e interesses;

2.º — Amplo debate, a nível nacional, através dos órgãos de comunicação social, a começar pela TV, sobre os grandes pro-

blemas do mundo do trabalho, unidade sindical, desemprego, segurança social, controlo e participação na gestão, protecção à Juventude Trabalhadora e aos trabalhadores-estudantes, etc., após o que se sugere o lançamento dum inquérito a todos os trabalhadores por forma a obter democraticamente, inquérito nacional e secreto, um consenso nacional dos desejos da maioria dos trabalhadores portugueses.

3.º — Que se considere o direito de tendência não como uma forma de servir as forças antidemocráticas nas suas intenções totalitárias, mas sim como uma forma de expressão das várias correntes existentes no seio de cada sindicato.

OUTRAS DECISÕES DO PRE-CONGRESSO INTER-SINDICAL

O comunicado à Imprensa da Intersindical, distribuído após a reunião geral de sindicatos que promoveu no último sábado, inclui outras decisões, sendo a primeira a da própria designação do futuro congresso nacional sindical, que não será o II Congresso da Intersindical — como inicialmente anunciado — mas sim o «Congresso de todos os sindicatos portugueses — Pela unidade dos trabalhadores, pela reestruturação da Intersindical Nacional, Central Única dos trabalhadores portugueses».

Outras decisões: a definição de que no congresso participarão todos os sindicatos (filhados ou não), a reafirmação de que a Intersindical se constituiu durante o fascismo, não sendo lícito a outros criar o que já existe, a afirmação de que o congresso deve servir para reestruturar a central única, e ainda uma moção reprovando as atitudes das direcções sindicais que apelaram à não comparência nas reuniões distritais, numa clara referência à «Carta Aberta», justamente com esse propósito prévio antes da reunião geral de sindicatos, em Coimbra, onde voltará a reunir em 13 de Setembro, para tomar decisões sobre este congresso.

A ORGANICA DO CONGRESSO SINDICAL CONVOCADO PELA INTER

Mas, porém, foi em relação ao próximo congresso nacional de sindicatos que foram tomadas mais decisões, que passamos a transcrever:

«Aprovado que a Comissão Nacional Organizadora do Congresso, na sua constituição, deverá obedecer aos seguintes princípios:

Representar diversificadamente as várias zonas geográficas do continente;

Representar os principais sectores de actividade;

Representar sindicatos filiados e não filiados de diversas formas de pensamento com real expressão no movimento sindical.

A C. N. O. C. deverá ser eleita em reunião geral de Sindicatos. A convocar para aprovação do regulamento do congresso.

Considerando:

Que não se pode protelar por mais tempo o andamento dos trabalhos de organização do congresso;

Os critérios da representação geográfica sectorial, a existência de sindicatos filiados na Intersindical e de outros que não estão integrados na Cen-

tral Sindical Única e, ainda, as diferentes correntes de pensamento sindical com efectiva expressão no seio do movimento sindical português;

— Que, segundo estes critérios importa considerar para a constituição da C.N.O.C. alguns dos sindicatos que hoje não quiseram estar presentes nesta reunião geral, eleger a seguinte Comissão Organizadora Nacional Provisória:

Secretariado da Intersindical, Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas de Évora, Bancários do Sul e Ilhas, Construção Civil de Lisboa, Trabalhadores do Comércio de Lisboa, Trabalhadores da Construção Civil de Setúbal, Trabalhadores do Comércio de Coimbra, Electricistas do Norte, Trabalhadores Escritório de Lisboa, Trabalhadores de Escritórios do Porto, Ferrovários do Sul, Gráficos do Porto, Lanifícios de Leiria e Coimbra (Castanheira de Pera), Metalúrgicos de Aveiro, Metalúrgicos de Lisboa, Metalúrgicos de Setúbal, Oficiais Pilotos, Comissários e Rádio-Técnicos M. Mercante, Pescadores de Peniche, Químicos de Lisboa, Rodoviários de Lisboa, Motoristas do Porto, Rodoviários de Setúbal, Têxteis do Porto, Têxteis e Lanifícios do Sul, Vestuários do Porto, e Vidreiros.

Estabelecer com as tarefas imediatas:

— Convocar uma conferência de Imprensa na próxima segunda-feira para dar a conhecer o resultado desta R. G. S.;

— Estruturar e impulsionar as Comissões Distritais para a dinamização do congresso;

— Desenvolver o esclarecimento e debate com os trabalhadores das questões relacionadas com o congresso;

— Debater a estrutura sindical e o regulamento do congresso;

— Decidir que incie de imediato as suas funções, mesmo com prejuízo da ausência de alguns sindicatos ou daqueles que, eleitos, não queiram, a qualquer momento, nela ficar integrados;

— Que a integração na C.O.N. dos Sindicatos agora eleitos mas ausentes se torne efectiva a partir do momento em que declararem aceitar a eleição em comunicação expressa à mesa desta R.G.S.;

— Considerar que a C.O.N. Provisória agora eleita terá um mandato até à R.G.S. que será convocada para aprovação do regulamento do congresso.

Sindicatos da "Carta Aberta" ausentes da reunião da Inter

A fim de discutir o regulamento do próximo Congresso dos Sindicatos, bem como a composição da sua comissão organizadora, o Secretariado da Intersindical Nacional promoveu, no sábado, em Lisboa, no Instituto Superior Técnico, uma reunião geral de sindicatos, à qual não tiveram acesso os órgãos de Comunicação Social.

Participaram nos trabalhos — segundo um informador daquela central sindical — 167 sindicatos (37 não filiados na Inter) e, ainda, oito Federações, 16 Unões Distritais e três locais, representando cerca de um milhão e 390 mil trabalhadores.

Também de acordo com o informador da Intersindical, nenhum dos sindicatos subscritores da «Carta Aberta» se fez representar na reunião, tendo o Sindicato dos Trabalhadores de Escritório de Lisboa tomado posição a este respeito, reafirmando a sua intenção de não comparecer nos trabalhos «recusando-se a qualquer vinculação a comissão organizadora do Congresso, saída da reunião».

Por sua vez, a direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, justificou a sua ausência, afirmando que «não dará cobertura a qualquer actuação divisionista do Secretariado da Intersindical» frisando que «continuará a lutar firmemente pelas condições que permitirão um verdadeiro e democrático congresso de todos os sindicatos para a unidade».

A ausência dos sindicatos da «Carta Aberta» viria a ser criticada durante a reunião, tendo sido aprovada uma moção na qual se considera que «nada justifica a fuga à discussão democrática no seio do Movimento Sindical».

De notar que dos 37 sindicatos não filiados na Inter, que estiveram presentes, a maioria deles é afectada à «terceira linha», identificada com a esquerda revolucionária.

Finda a reunião, a Intersindical divulgou um comunicado à imprensa, no qual dá conta da forma como decorreram os trabalhos, assim como das decisões aprovadas.

Segundo o comunicado, o Congresso ao qual devem participar todos os sindicatos portugueses, filiados ou não na Inter, deve servir para reestruturar a central única dos trabalhadores portugueses, aperfeiçoar a sua estrutura, corrigir os erros cometidos e definir um projecto de organização e acção que se consolide como um instrumento eficaz para a defesa e promoção dos interesses dos trabalhadores portugueses.

Comissão organizadora proposta pela Inter

Sobre a Comissão Organizadora, considerando que «não se pode protelar por mais tempo o andamento dos trabalhos da organização do congresso» resolveu-se na reunião, eleger uma comissão provisória da qual fariam parte o Secretariado, da

Intersindical e os seguintes sindicatos: Trabalhadores Agrícolas de Evora; Bancários do Sul e Ilhas; Construção Civil de Lisboa; Trabalhadores do Comércio de Lisboa; Trabalhadores da Construção Civil de Setúbal; Trabalhadores do Comércio de Coimbra; Electricistas do Norte; Trabalhadores de Escritórios de Lisboa; Trabalhadores de Escritórios do Porto; Ferreiros do Sul; Gráficos do Porto; Lanifícios de Leiria e Coimbra (Castanheira de Pera); Metalúrgicos de Aveiro; Metalúrgicos de Lisboa; Metalúrgicos de Setúbal; Oficiais Pilotos, Comissários e Rádio Técnicos Marinha Mercante; Pescadores de Peniche; Químicos de Lisboa; Rodoviários de Lisboa; Motoristas do Porto; Rodoviários de Setúbal; Têxteis do Porto; Têxteis e Lanifícios do Sul; Vestiários do Porto e Vidreiros.

Tarefas imediatas

Foi, ainda, decidido, estabelecer como tarefas imediatas: convocar uma Conferência de Imprensa para hoje para dar a conhecer o resultado desta Reunião Geral de Sindicatos; estruturar e impulsionar as comissões distritais para a dinamização do congresso; desenvolver o esclarecimento e debate com os trabalhadores das questões relacionadas com o congresso; debater a estrutura sindical e os trabalhadores o regulamento do congresso; decidir que a comissão eleita inicie de imediato as suas funções, mesmo com prejuízo da ausência de alguns sindicatos ou daqueles que, eleitos, não queiram a qualquer momento nela ficar integrados; que a integração na Comissão Organizadora dos Sindicatos agora eleitos, mas ausentes, se torne efectiva a partir do momento em que declararem aceitar a eleição em comunicação expressa à mesa desta R.G.S.; considerar que a Comissão Provisória agora eleita terá um mandato até à Reunião Geral de Sindicatos convocada para aprovação do regulamento do congresso.

Debate público

Também se decidiu dar início imediato a um debate público nos órgãos de Comunicação Social sobre os problemas relacionados com o Congresso, desde que preenchidas as seguintes condições:

— Definição prévia nos termos da transcrição ou transmissão nos referidos órgãos de Comunicação das diferentes posições e garantindo por aqueles o seu respeito integral;

— Rejeição de que o debate se processe nas bases dos blocos dos sindicatos, mas se integre na preparação do Congresso de forma unitária e com respeito pela estrutura sindical existente;

— Rejeição de debate em órgãos de comunicação declaradamente ou abertamente reaccionários e (ou) sem expressão junto dos trabalhadores.

«Exortamos todos os trabalhadores sociais-democratas a que todas as forças se mobilizem e intervenham activa e conscientemente no movimento sindical português, neste momento histórico por que passa o debate da sua organização» — afirma-se num manifesto aos trabalhadores portugueses, aprovado no Encontro Nacional dos trabalhadores sociais-democratas, organizado pelo P. P. D., e que decorreu no sábado em Lisboa.

Nesse manifesto, propõe-se, também, a todos os trabalhadores portugueses e às direcções sindicais o seguinte:

«Esclarecimento completo sobre as várias correntes sindicais, nomeadamente quanto aos seus princípios doutrinários, meios e objectivos, especialmente no que respeita ao sindicalismo reformista, por forma a que todos possam optar conscientemente por aquela que entenderem melhor possa defender os seus direitos e interesses;

«Amplio debate a nível nacional, através dos órgãos de Comunicação Social, sobre os grandes problemas do mundo do trabalho, após o que se sugere o lançamento de um inquérito a todos os trabalhadores, por forma a obter democraticamente um consenso nacional dos desejos da maioria dos trabalhadores portugueses;

«Que se considere o direito de tendência não como uma forma de servir as forças anti-democráticas nas suas intenções totalitárias, mas sim como uma forma de expressão das várias correntes existentes no seio de cada sindicato.»



Um aspecto da reunião geral de sindicatos, realizada, no sábado, em Lisboa, e promovida pela Intersindical, a fim de discutir o regulamento do próximo congresso nacional dos sindicatos e, ainda, a sua comissão organizadora (Foto «D.N.» — Eduardo Tomé)

D. Notícias 6/9/76

o diário

Director Miguel Urbano Rodrigues • Ano 1 • n.º 9 • Preço 4500 • 30-12-1975 • Propriedade de Editorial Caminho, EC

A CONFUSÃO ACABA-SE

A reunião geral de sindicatos realizada no sábado em Lisboa — talvez a que maior número de associações de classe reuniu de uma só vez, em Portugal — constituiu uma clara e muito positiva resposta ao divisionismo que alguns dirigentes procuram e expressou o profundo sentido prático de unidade de que a maioria dos trabalhadores portugueses está possuída.

A democracia tem regras que, a não serem cumpridas, correspondem à negação da própria democracia. Em organizações de classe, como são os sindicatos, a democracia exerce-se na sua vida orgânica, independente das organizações patronais, independente do Estado e dos partidos políticos. Quanto mais forte for a capacidade dos sindicatos para viverem em democracia, mais forte será o seu poder de resistência a ingerências externas e às tentativas históricas do poder constituído em sociedades capitalistas e do próprio patronato para domarem os trabalhadores ou para os dividir com vista a enfraquecê-los.

É por isso que extrapolar a discussão dos problemas próprios dos trabalhadores para o terreno público, sobretudo num momento em que o mercado se encontra inundado por órgãos reaccionários ao serviço dos inimigos dos trabalhadores, seria um erro muito grave que mais poderia concorrer para destruir a vida democrática dentro dos sindicatos do que para revigorá-la, como alguns pretendem fazer crer. E ninguém se lembrou ainda de forçar os organismos patronais a uma tal coisa. Nem eles estão dispostos a isso apesar de, nas actuais circunstâncias políticas, haver para tal uma muito maior justificação.

O DITO POR NÃO DITO

Esta questão, sendo um dos pontos considerados pelos subscritores da "Carta Aberta" como fundamentais, obteve resposta clara e positiva — e praticamente unânime — das quase 200 delegações que estiveram presentes na RGS realizada no Instituto Superior Técnico. A discussão dos mais prementes e graves problemas dos trabalhadores deve ser feita ampla e prioritariamente nas suas estruturas organizativas. Foi isto o decidido na reunião geral anterior, foi isto o que se cumpriu, apesar do dito por não dito dos dirigentes reunidos em torno da "Carta Aberta" que, após darem o seu acordo em votação democrática, procuraram fugir ao confronto directo com os trabalhadores e abandonaram a série de realizações então programadas.

Será difícil continuar a negar representatividade a uma reunião que obteve a participação voluntária de tão grande número de sindicatos, entre os quais os mais poderosos e representativos da classe operária. A clivagem que alguns dirigentes procuram entre operários e trabalhadores de serviços não é desejada nem foi aceite. A comissão organizadora do Congresso eleita é constituída por representantes de todas as correntes detectadas no Movimento Sindical. A força e influência relativa de cada uma está reconhecida e representada na comissão. De acordo com o que ali foi decidido, a realização do Congresso interessa a todos os trabalhadores e a todos os sindicatos, filiados ou não na Intersindical. Por isso o tema vai ser discutido em tempo suficiente por todos. Conscientes dos perigos do

momento e do aventureirismo de certas posições, os trabalhadores presentes na reunião de Lisboa, em delegação de cerca de um milhão e quatrocentos mil filiados em sindicatos, recusaram a ridícula pretensão de alguns em destruir a Intersindical Nacional, estrutura unitária que congrega 80 por cento dos trabalhadores sindicalizados, criada na clandestinidade em pleno regime fascista e que não se deixou destruir por ele. Outras forças agora pretendem fazer o que o fascismo não conseguiu. Não é, porém, a altura de o conseguirem. Os trabalhadores têm já consciência de que há problemas a resolver em discussão democrática e erros a corrigir e a evitar no futuro. Ninguém duvida disso. Mas, independentemente da profunda análise a todo o processo português que uma tentativa de compreensão desses erros e lacunas tem de conduzir-nos, é claro que a solução não é destruir a golpes vibrados de fora uma das mais notáveis conquistas dos trabalhadores; é evidente que a democracia que interessa aos mesmos não é a apregoadada aos quatro ventos, não é a chicana, não é o bombardear de palavras mais ou menos bombásticas, não é o estendal público de divergências e mazelas para gáudio dos seus inimigos.

A democracia dos trabalhadores é a que urge desenvolver e defender dentro das suas poderosas e dinâmicas estruturas organizativas que representam dois milhões e duzentos mil filiados. É isso o que a maioria dos trabalhadores deseja, é isso que fazem na resposta clara aos divisionismos, é assim que procedem os mais poderosos e representativos sindicatos portugueses. Para eles, a democracia é uma maneira de viver e não um mero "slogan". Para eles, democracia é discussão livre e construtiva e respeito pelas decisões e compromissos assumidos. Para eles, a unidade constrói-se na consciência adquirida de quem são os inimigos fundamentais e dos problemas de classe que a todos são comuns.

O Congresso está em marcha e serão os próprios trabalhadores a decidir aquilo que querem, mais seguros da sua força e do que há que defender e conquistar. Os falsos pregões sobre democracia e divisionismo perdem força porque a confusão está a esfumar-se.

O DIREITO À HABITAÇÃO DEFENDIDO PELA INTERSINDICAL

D. Regueira
7/9/76

Começando por citar e reproduzir o Art. 65.º da Constituição «Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto», um comunicado da Intersindical Nacional, hoje distribuído, expressa preocupação pelo que considera gravemente lesivo do direito a habitação consagrado na lei fundamental — «os despejos de que estão a ser vítimas moradores e ocupantes pobres».

No mesmo documento, lê-se depois:

«Ao primeiro Governo constitucional — que em várias ocasiões tem afirmado ser o Governo de todos os portugueses — devem os trabalhadores lembrar que a sua constitucionalidade o vincula à defesa dos direitos fundamentais e constitucionais dos trabalhadores, que são a grande maioria dos portugueses.»

Na sequência desta ideia, diz-se que os trabalhadores devem exigir do Governo a aplicação do Art.º 65.º da Constituição, nomeadamente no que determina que o Estado adoptará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria; e que o Estado e as suas autarquias locais exercerão efectivo controlo do parque imobiliário, procederão à necessária nacionalização ou municipalização dos solos urbanos e definirão o respectivo direito de utilização.

E declara-se a seguir: «Ao contrário do que preceitua o texto constitucional, a expulsão de suas modestas habitações de dezenas e dezenas de famílias das classes mais desfavorecidas da população tornou-se um espectáculo quase quotidiano; as rendas de casas que vão sendo construídas so são acessíveis aos salários dos escalões mais elevados; as condições oferecidas pelo Estado para a compra de habitação própria esta inteiramente fora do alcance dos trabalhadores, mesmo daqueles que já auferem salários muito superiores à média.»

Chama-se depois a atenção para o facto de parte das famílias portuguesas viverem em casas com péssimas condições de dimensão, de higiene e de conforto e onde a promiscuidade é obrigatória. E acusam-

se os senhorios da sistematicamente ignorarem a disposição legal que os obriga a declarar nas Câmaras Municipais as casas vagas; de se recusarem a fazer as obras indispensáveis à conservação e as condições mínimas de conforto e de higiene; de deitarem mão de todos os ardis para apanharem os inquilinos em falta e arranjamem pretextos legais para o despejo.

Mais adiante: «Os trabalhadores estão dispostos a todos os sacrifícios para reforçar a institucionalização da democracia e para que o socialismo seja um projecto viável. Mas que os sacrifícios não sejam pedidos apenas os trabalhadores e

que não sirvam para restituir aos capitalistas os seus antigos privilégios.»

Termina o comunicado com um pedido às organizações populares para que estas responsabilizem as Câmaras Municipais pela inobservância da legislação que contempla o problema da habitação e que lhes sejam atribuídos poderes e competência legais para procederem à distribuição das casas devolutas; e, finalmente, que o Art.º 65.º da Constituição deixe de ser letra morta e sirva, a muito curto prazo de orientação para uma legislação democrática que resolva um dos problemas que mais afligem a enorme maioria da população do País.

a Luta

Página 12

7 de Setembro de 1976

União dos Sindicatos de Faro exige punição dos agressores de um membro do seu secretariado

A propósito da agressão de que foi vítima o sindicalista Carlos Alberto da Silva Barnabé, o secretariado da União dos Sindicatos de Faro emitiu um comunicado, onde se afirma:

«Na noite de 1 para 2 de Setembro o nosso camarada de luta Carlos Alberto Silva Barnabé, membro deste secretariado, foi violentamente esfaqueado na garganta sem que qualquer desentendimento com o agressor, Pedro Lopes Borges, o motivasse, tendo-se a cena desenrolado em tão curto espaço de tempo que não houve possibilidade de se evitar a agressão. O camarada Barnabé tem-se destacado pela sua combatividade, na defesa dos interes-

ses dos trabalhadores, quer junto dos seus camaradas de trabalho na obra do hospital de Faro (Luso-Suíça), tendo até muito recentemente pertencido à Comissão de Trabalhadores desta empresa, quer em representação do movimento sindical unitário, intervindo activamente em nome da União dos Sindicatos de Faro, em vários conflitos de Trabalho.»

E o documento da União dos Sindicatos de Faro prossegue:

«A lista dos operários sindicais agredidos por defenderem corajosamente os interesses de todos os trabalhadores e já longa. Basta recordar o exemplo dos dois

trabalhadores vidreiros do Porto, igualmente vítimas do ódio assassino da reacção, em que um perdeu a vida e o outro se encontra ainda hospitalizado».

A concluir, «o secretariado da U. S. de Faro, pensando não só no camarada agora atingido pelo ódio reaccionário, mas em todos os trabalhadores que já sofreram insultos e ofensas físicas, e nas circunstâncias que deixam antever a continuação de tais crimes, exige: que seja feito rigoroso inquérito pela Polícia Judiciária à agressão de que foi vítima o camarada Carlos Alberto da Silva Barnabé; que o agressor aguarde na prisão o julgamento».

Capital 7/9/76

1.º Jan - 7/9/76

DIÁRIO 7/9/1976

Intersindical promove Semana de Solidariedade com o Chile

A Intersindical promoverá, entre os dias 7 e 12 de Setembro, uma jornada de solidariedade para com o Chile, a qual deverá contar com representantes da C. U. T. (Central Única de Trabalhadores do Chile).

A delegação chilena, composta por Humberto Elgueta, Augustin Muñoz e Olga Shtandier, chegou a Lisboa hoje. O programa da delegação é o seguinte: amanhã, encontro com os trabalhadores da C. U. F.; no dia seguinte, deslocação a Beja, onde visitará o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e uma cooperativa; dia 10, visita à Lisnave; no dia 11, no Pavilhão dos Desportos, comício de solidariedade para assinalar o terceiro aniversário do golpe militar de Pinochet. Finalmente, no dia 12, no Teatro da Trindade, realiza-se um festival de música revolucionária.

«Inter» promove (de hoje a domingo) jornada de luta em favor do povo chileno

A Intersindical Nacional promove, de hoje a domingo, uma jornada de solidariedade para com a classe trabalhadora e o povo chileno, vítimas da mais feroz ditadura fascista.

Por essa razão, deve chegar hoje a Lisboa uma delegação da Central Única dos Trabalhadores Chilenos (CUT), composta por Humberto Elgueta, Augustin Muñoz e Olga Shtandier, que participará em todas as manifestações promovidas pelo Secretariado da «Inter».

No programa da jornada de solidariedade estão compreendidas uma recepção à delegação na cantina da OUF (Barreiro), além da visita às instalações daquele complexo industrial; a deslocação daqueles três elementos à sede dos sindicatos agrícolas de Beja, e um almoço numa cooperativa agrícola alentejana.

No dia 11 (sexta-feira), ainda dentro da aludida jornada, efectua-se, em Lisboa, no Pavilhão dos Desportos, um comício de solidariedade e, no dia seguinte, no Teatro da Trindade, também em Lisboa, terá lugar um festival de «canto de luta», no qual participarão, além de Luis Ollia, Luisa Basto, Ary dos Santos, J. J. Letria, Barata Moura, Carlos Moniz e Carmo Paredes, o coro dos mineiros de Aljustrel.

PUB.

AOS SINDICATOS AOS TRABALHADORES PORTUGUESES:

A reunião geral de Sindicatos, realizada no passado dia 4 com a participação de 170 sindicatos, decidiu por unanimidade:

- 1.º Ser dado à Comissão Nacional Organizadora Provisória um prazo de 8 dias, a partir da próxima segunda-feira, dia 6, para em face dos vários projectos de regulamento já apresentados ou a apresentar — elaborar o projecto de regulamento do congresso.
- 2.º Que durante o período de um mês se leve à discussão dos trabalhadores o referido projecto de regulamento.
- 3.º Que findo esse prazo, seja convocada uma reunião geral de Sindicatos para aprovação definitiva do regulamento e para marcação da data de realização do Congresso.

No cumprimento do ponto 1 desta decisão, convida-se todos os trabalhadores a apresentarem sugestões ou projectos de regulamento, enviando-os para os seus sindicatos que os remeterão, até à próxima segunda-feira, dia 13, para a Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso — Rua Victor Cordon, n.º 1-3.º em Lisboa.

Lisboa, 6 de Setembro de 1976

**A COMISSÃO NACIONAL ORGANIZADORA
PROVISÓRIA DO CONGRESSO**

SÉCULO - 7/9/1976

Sindicatos da Madeira participam no Congresso

Uma grande reunião geral de sindicatos portugueses decorreu no sábado em Lisboa. Uma ausência significativa se fez notar: os sindicatos ligados à comissão de redacção de «Carta Aberta».

Contudo, embora toda a grande Informação escrita e falada tivesse omitido este facto, os sindicatos representativos das ilhas adjacentes também não compareceram.

A esse respeito, uma dirigente do Sindicato das Bordadeiras

do Funchal informou-nos que a sua ausência se deveu a razões de tarefas urgentes a serem solucionadas na Madeira. Todavia, é intenção daquele sindicato estar presente no próximo congresso sindical.

Acerca da posição da direcção do sindicato relativamente ao actual secretariado da Intersindical, disse: «Somos contra a actuação do secretariado». Adiantando que «ele deve ser eleito num congresso unitário e que represente os interesses dos trabalhadores».

POR UM CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PARA A UNIDADE APELO A TODOS OS TRABALHADORES PORTUGUESES

A unidade é possível. Foi assim que no 1.º de Maio de 1976, o representante do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas Adjacentes, na linha traçada pela Carta Aberta, exprimia publicamente perante milhares de trabalhadores de diferentes opiniões sindicais, a necessidade da realização de um Congresso de todos os Sindicatos filiados ou não na Intersindical, para a Unidade.

A Unidade é possível. E assim que hoje nos exprimimos, perante o ímpasse que alguns teimam em perpetuar, recusando uma Comissão Nacional Organizadora do Congresso onde estejam apresentadas paritariamente as correntes de opinião com expressão no Movimento Sindical Português.

É preciso falar VERDADE, CAMARADAS.

A Verdade é uma arma ao Serviço dos explorados na luta pela sua emancipação. A mentira, a deturpação da realidade, não ajudam os trabalhadores a libertarem-se, afundam-nos mais.

Hoje os trabalhadores constataam, dolorosamente, nos seus locais de trabalho, à escala local, regional e nacional, que a **UNIDADE SINDICAL** não existe. Esta é a realidade. Afirmar o contrário é negar obstinadamente a realidade, é querer, consciente ou inconscientemente, impedir a transformação dessa mesma realidade.

Mas os trabalhadores portugueses sentem também diariamente que a **UNIDADE SINDICAL** é uma necessidade. Muitos e importantes passos foram dados depois do 25 de Abril. Nenhum trabalhador o pode contestar. O caminho da emancipação definitiva está no entanto longe de ser alcançado.

Dificuldades e obstáculos subsistem. Provam-no o dia-a-dia dos trabalhadores nas empresas e nos locais sindicais. Provam-no as tentativas por parte das forças reacçãoárias de, na sociedade política portuguesa, quererem inverter a marcha iniciada com o 25 de Abril. Provam-no a libertação dos Pides e o regresso de Spínola.

As pesadas tarefas que esperam ainda os trabalhadores portugueses exigem pois a **UNIDADE DO MOVIMENTO SINDICAL PORTUGUÊS**.

Os trabalhadores portugueses não podem compreender, nem podem aceitar, que em nome de uma pretensa hegemonia no Movimento Sincial, em nome da Aritmética da maioria, o Secretariado da Inter seja contrário à Paridade na Comissão Organizadora, condição e garante da democracia, para ultrapassar a situação de divisão actualmente existente.

Os trabalhadores portugueses não podem compreender nem podem aceitar que o Secretariado da Inter queira discutir os problemas dos trabalhadores, que são no fundo os problemas da Sociedade, fora dela e dos meios de comunicação social com que essa sociedade conta num dado momento.

Sob que pretexto? Que os órgãos de informação não são os melhores?

Eles, representam, como outras estruturas da Sociedade, uma determinada fase da sua evolução. Não deverão os trabalhadores utilizá-los? Estranha política, camaradas!

As divergências entre os trabalhadores não devem ser discutidas publicamente? Quando elas existem? Quando toda a sociedade portuguesa sabe que elas existem? A política da avestruz de esconder a cabeça na areia nunca serviu a avestruz, nem tão pouco servirá os trabalhadores portugueses!

O exercício da democracia é o único método que os trabalhadores conhecem para ultrapassar as divisões e construir a unidade indispensável.

Não querer assegurar através da Paridade, as condições de democracia num Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade é querer perpetuar a divisão, e mais do que isso, é cavar a descrença e o descontentamento entre largas camadas de trabalhadores, abrindo a via para que a C.A.P., a C.I.P. e organizações congéneres possam vir a fomentar organizações sindicais por eles tratados.

CAMARADAS,

A UNIDADE É NECESSÁRIA!

A UNIDADE É POSSÍVEL!

Começámos esta batalha, e levá-la-emos até ao fim.

Estamos seguros de exprimir as aspirações profundas dos trabalhadores.

Por isso apelamos para todos os Trabalhadores, para fazer circular este apelo, em todos os locais de trabalho, nas fábricas, nos campos, nos escritórios, de Norte a Sul do País, discutindo e subscrivendo-o, individual ou colectivamente.

A vontade dos trabalhadores expressa na maneira maciça, deve poder fazer decidir aqueles que estão renitentes no Caminho da Unidade, o Secretariado da Intersindical.

Não fazemos apelo para o Estado, para o Governo ou para Lei para impor a Unidade.

Fazemos apelo para a força que reconhecemos: a vontade dos trabalhadores livremente expressa.

Por um Congresso preparado em data que garanta a sua democracia.

Pela paridade na Comissão Nacional Organizadora.

Pelo livre acesso dos órgãos de informação ao Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade.

Pela CENTRAL ÚNICA, AUTÓNOMA, DEMOCRÁTICA E INDEPENDENTE.

A COMISSÃO DE REDACÇÃO DA CARTA ABERTA

Sindicato dos Trab. de Escritório de Lisboa

Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

Sindicato dos Escritórios do Porto

Sindicato dos Motoristas do Porto

Sindicatos dos Metalúrgicos de Aveiro

Sindicato Nacional Trab. Correios e Telecomunicações.

Sindicato Livre dos Escritórios, Caixeiros de Faro

NOTA: As subscrições deste apelo devem ser dirigidas àqueles Sindicatos.

Dlx - 7/9/76

Dirigentes sindicais contestam pagamento de créditos à banca

* Encargos com a Previdência e política do Governo igualmente postos em causa

Alguns dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja contestaram há dias, durante uma reunião convocada por aquele sindicato e que teve lugar no estádio municipal daquela cidade, a forma de pagamento proposta pelo Estado para os créditos concedidos pela Banca estadualizada às unidades colectivas e às cooperativas da sua zona de influência. Durante a reunião, a que estiveram presentes trabalhadores, delegados sindicais, comissões de trabalhadores e comissões directivas de unidades colectivas de produção, foram analisados e discutidos diversos problemas do sector, mas a grande preocupação dos dirigentes sindicais e das unidades de produção parece ser o que se relaciona com o pagamento dos créditos que lhes foram concedidos e cujas condições, um tanto surpreendentemente, só agora parecem contesta-.

Nesta linha de actuação, alguns destes dirigentes sindicais puseram igualmente em causa os seus encargos com a Previdência, considerando que «pagar 6,5 por cento à Previdência é um escândalo» e que «a quantia que mensalmente pagam à Previdência às unidades de produção e herdadas colectivas é inaceitável».

Como se sabe estas teses dos dirigentes sindicais alentejanos, afectos ao PCP, têm dado azo a muita especulação e até atitudes algo insólitas de trabalhadores e dirigentes de propriedades agrícolas, que parecem querer eximir-se ao pagamento de créditos que lhes foram feitos pela Banca do Estado em termos legais, e livremente aceites, ou pretender um tratamento de excepção ou de favoritismo, que só em condições de reconhecida crise do sector — quando o que acontece é o contrário, como eles próprios o têm proclamado, com as suas produções recorde para este ano — se justificariam.

Num comunicado publicado após a reunião, diz-se a propósito deste problema que os trabalhadores «discordam da pretensão do sr. ministro de fazer pagar rapidamente às unidades colectivas e cooperativas os montantes levantados nos créditos de emergência».

Não se trata, como é evi-

dene de «pagar rapidamente» (expressão, de resto, vaga e sem significado) os créditos concedidos mas de os pagar nas condições estipuladas por lei, que são mesmo generosas, muito menos de «uma pretensão do sr. ministro», como se torna evidente.

Durante a reunião, foram ainda tratadas as questões da atribuição de reservas aos proprietários expropriados e respectivas indemnizações, do estatuto da terra e da contratação. Quanto ao primeiro ponto, os representantes sindicais e trabalhadores presentes discordam da atribuição de reservas, «sem que tenham sido completamente expropriadas todas as explorações agrícolas abrangidas pelas regulamentações legais»; quanto ao segundo, de que discordam igualmente, acusam o Governo de estar, pela calada, a «fazer o pagamento de elevadas somas a ex-agrários, alimentando e melhorando nalguns casos a situação desses parasitas», exigindo quanto ao estatuto da terra, «o usufruto perpétuo das terras expropriadas para as unidades colectivas e cooperativas de trabalhadores».

Entretanto, a Associação dos Agricultores de Coruche, em comunicado distribuído aos jornais, «denuncia junto do povo da vila e do povo português em geral as manobras que se estão tramando

nos bastidores para uma nova escalada péncipista na agricultura, que tem por objectivo a não devoção das terras a quem a elas tem direito e a ocupação de todo o resto do Vale do Sorraia».

No mesmo documento, diz-se que «inexplicáveis acontecimentos estão acontecendo em Coruche no sector agrícola» e denuncia-se «a incompetência técnica e o sectarismo político» da Comissão de Gestão do Perímetro de Rega do Vale do Sorraia, apoiado pelo Sindicato dos Operários Agrícolas da Santarém e delegação local do PCP. Denunciando aquilo a que chama «caciquismo sindical» e os jornais afectos ao PCP, que cita, o comunicado apela para o Governo para que se defina uma política agrícola coerente e se faça justiça neste País.

Integradas na tradicional Feira da Luz de Montemor-o-Novo, que se prolonga até 12 do corrente, estão a decorrer com grande animação naquela vila as primeiras Festas das Colheitas, verdadeira iniciativa popular em que participam milhares de pessoas. No domingo houve concerto, teatro, feira de gado, provas desportivas e cantigas ao desafio.

Também em Palmela principiaram no domingo as Festas das Vindimas daquela vila que, com grande brilho e animação, realçam uma tradição do povo daquela região.

Sindicatos democráticos analisam decisões da Inter

J. Moura
7/9/76

Esteve reunida a Comissão de Redacção da «Carta Aberta» para discussão dos resultados do último plenário da Intersindical Nacional, não se conhecendo ainda as conclusões dessa reunião. Entretanto, em declarações ontem prestadas a um vespertino, um dos dirigentes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, que participa naquela Comissão de Redacção, afirmou não poder «aceitar as decisões da Reunião Geral de Sindicatos, de sábado passado, nomeadamente no que diz respeito à Comissão Organizadora do Congresso».

O mesmo dirigente acrescentou

ser sua opinião que os representantes dos chamados sindicatos democráticos não deviam aceitar participar na Comissão Organizadora saída do plenário intersindicalista. «Fazer parte dela, disse, seria dar cobertura às posições da Inter, o que obviamente recusamos». Por outro lado, e ao que se sabe, nas reuniões das Comissões Nacional e Directiva do Partido Socialista, neste fim de semana, alguns sindicalistas analisaram a situação criada pela última Reunião Geral de Sindicatos promovida pelo Secretariado da Inter, a qual foi considerada impeditiva da «realização de um verdadeiro Congresso de unidade». No entanto, os sindicalistas

afectos àquele partido foram exortados a continuarem «a lutar pelo Congresso para a unidade sindical, na Democracia, sem transigências quanto a golpismos ou manipulações».

Contudo, a Comissão Organizadora designada pela Intersindical não perde tempo. Em comunicado ontem distribuído aos órgãos de comunicação social, convida «todos os trabalhadores a apresentarem sugestões ou projectos de regulamento, enviando-os para os seus sindicatos, que os remeterão até à próxima segunda-feira, dia 13, para a Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso», a funcionar na sede

da Inter, em Lisboa.

Contactado por «Jornal Novo», um dirigente do Sindicato dos Ourives do Sul, sindicato integrado na corrente democrática, manifestou a preocupação reinante nos meios sindicais com uma possível ofensiva da Inter, que parece estar já a definir-se. Assim, e segundo o mesmo dirigente, estariam a ser marcadas Assembleias Gerais em diversos sindicatos, as quais, se não merecerem a necessária mobilização e assistência por parte da grande maioria dos trabalhadores, poderão vir a ter sérias consequências para as direcções desses sindicatos democráticos.

Mota Amaral contacta sindicatos e autarquias locais

D. Mota
7/9/76

José António Santos, enviado especial

ANGRA DO HEROÍSMO — Tendo em vista a constituição do Executivo, o dr. João Bosco da Mota Amaral, indigitado Chefe do Governo Regional dos Açores, tem desenvolvido intensa política estabelecendo vários contactos com sindicatos, autarquias locais e cooperativas. Neste sentido, o futuro Chefe do Governo Regional avistou-se na Horta com representantes locais daqueles sectores de actividade e, ainda, com os «leaders» dos grupos parlamentares da Assembleia Regional.

Entretanto, Mota Amaral deslocou-se ontem da Horta para Angra do Heroísmo, realizando na capital da Terceira idênticos contactos com representantes da indústria de laticínios, Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra, autarquias locais e, ao princípio da noite, com a direcção da União dos Sindicatos de Angra que congrega sindicatos das indústrias transformadoras, alimentação e bebidas, transportes e turismo. Estas reuniões, segundo nos declarou o dr. Mota Amaral, têm por objectivo darem a conhecer aos representantes das populações o programa do Governo Regional e as suas intenções. Ainda, segundo o futuro chefe do Executivo Regional, os encontros têm decorrido em espírito de franco diálogo e compreensão.

Encontro com a União dos Sindicatos de Angra

No que respeita à União dos Sindicatos de Angra, os seus representantes expuseram ao dr. Mota Amaral as suas preocupações que se enquadram no respeito e aplicação da Constituição da República, nomeadamente no que se

refere ao cumprimento dos seus 1.º e 2.º artigos.

Concretamente no que respeita aos directos interesses dos trabalhadores que representam, a União dos Sindicatos de Angra recordou ao dr. Mota Amaral o parecer da Junta Regional sobre a não aplicação do decreto-lei n.º 372-A-75, que proíbe os despedimentos sem justa causa, e o decreto-lei n.º 215-B-75, que regula as associações sindicais).

O facto de o Tribunal de Trabalho não funcionar desde 1969 e a disparidade existente entre o ordenado mínimo nacional, fixado no Continente em 4000\$00, enquanto nos Açores continua a ser de 3300\$00, foram, entre outras, algumas questões apresentadas ao dr. Mota Amaral, sublinhando ainda a União dos Sindicatos de Angra, que «se o Governo Regional for encontro da satisfação dos interesses dos trabalhadores terá naquele organismo um colaborador, caso contrário pois terá um inimigo».

O dr. Mota Amaral deslocou-se hoje da ilha Terceira para S. Miguel, onde vai estabelecer idênticos contactos aos realizados na Horta e em Angra do Heroísmo, de modo a que o Governo Regional dos Açores tome posse amanhã, em Ponta Delgada, perante o general Galvão de Figueiredo, ministro da República da região

D. Notícias
7/9/76

MOVIMENTO OBRERO UNIDO ENVIA MENSAGEM A INTERSINDICAL — O secretário da Educação e Propaganda do Movimento Obrero Unido, de

Porto Rico, enviou a Intersindical Nacional uma mensagem de «repúdio» pelo «atentado contra as instalações da Central Unica dos Trabalhadores Portugueses».

A este respeito emitiu a Intersindical um comunicado, transcrevendo o documento em que o Movimento Obrero se «propõe iniciar uma vasta campanha de informação sobre a luta dos trabalhadores portugueses» e formula votos de «trunfos e vitórias para os nossos companheiros de Portugal».

CONFERÊNCIA DO PORTO - 7/9/1976

NUCLEOS SÓCIO-PROFISSIONAIS DO PPD PERFILHAM SINDICALISMO REFORMISTA

Os problemas relativos à realização do próximo congresso dos Sindicatos mereceram a melhor atenção do encontro nacional dos núcleos sócio-profissionais do P.P.D., que, reunido em Lisboa, elaborou um «manifesto aos trabalhadores portugueses», do qual extraímos significativos passagens:

«Considerando que: a chamada Lei da Unicidade Sindical foi a geradora da maior desunião que se verificou entre os trabalhadores deste país, tendo sido a Intersindical o seu órgão manipulador e executivo, na medida em que tem servido como autêntica correia de transmissão partidária;

«No panorama actual do sindicalismo português se constata existir uma luta entre forças políticas que se propõem por métodos diferentes, só na aparência, dominar as classes trabalhadoras para as explorar dentro dos seus objectivos político-partidários;

«O pluralismo sindical, por um lado, divide e enfraquece os trabalhadores e, por outro, a unicidade sindical (unidade imposta por lei) os amarra a paternalismos dirigistas de cúpula que se prestam a todos os golpes e manipulações;

«A tradição da social-democracia é de unidade sindical na liberdade, apontando para um sindicalismo livre, forte e unitário, que só assim exprimirá um alto grau de consciência, de coesão e de solidariedade dos trabalhadores;

«O sindicalismo reformista que perfilhamos baseia-se na dignificação humana, valorização e promoção social dos trabalhadores, visando a sua emancipação e unidade, mediante a sua total libertação de todas as alienações, opressões e explorações».

O manifesto, que exorta todos os trabalhadores social-democratas para que «com todas as suas forças se mobilizem e intervenham activa e conscienciosamente no movimento sindical português, neste momento histórico por que passa o debate acerca da sua organização», propõe, finalmente, a todos os trabalhadores e às direcções sindicais:

1.º — Esclarecimento com

pleto sobre as várias correntes sindicais, nomeadamente quanto aos seus «princípios doutrinários, meios e objectivos», especialmente no que respeita ao sindicalismo reformista (social-democrático), por forma a que estes possam optar conscienciosamente por aquela que entenderem melhor defender os seus direitos e interesses;

2.º — Amplo debate a nível nacional, através dos órgãos de Comunicação Social, a começar pela TV, sobre os grandes problemas do mundo do trabalho (unidade sindical, desemprego, segurança social, controlo e participação na gestão, protecção à

juventude trabalhadora e aos trabalhadores-estudantes, etc.), após o que se sugere o lançamento de um inquérito a todos os trabalhadores, por forma a obter democraticamente (inquérito universal e secreto) um consenso nacional dos desejos da maioria dos trabalhadores portugueses.

3.º — Que se considere o direito de tendência não como uma forma de servir as forças antidemocráticas nas suas intenções totalitárias, mas sim como uma forma de expressão das várias correntes existentes no seio de cada sindicato».

Quem conhece as correntes sindicais?

19 Jan.
7/9/76

● TRABALHADORES SOCIAIS-DEMOCRATAS PROPÕEM AMPLO DEBATE A NÍVEL NACIONAL

Num manifesto aos trabalhadores portugueses, no final do encontro nacional de trabalhadores sociais-democratas, em que estiveram presentes representantes de núcleos de empresa e núcleos sindicais, realizado no dia 4, exortam-se os mesmos trabalhadores para que se mobilizem e intervenham, activa e conscienciosamente no movimento sindical português, no momento histórico por que passa o debate acerca da sua organização.

Da ordem de trabalhos foram analisados aspectos referentes às:

1.º — Relações entre as linhas sindicais

1.º — 1. Unicidade, Unicidade e Pluralidade.

1.º — 2. Direito de Tendência.

2.º — Definição e Organização Sindical do País.

3.º — Congresso dos Sindicatos.

No manifesto afirma-se, também, que a chamada Lei da Unicidade Sindical foi a geradora da maior desunião que se verificou entre os trabalhadores deste país, tendo sido a «Intersindical o seu órgão manipulador e executivo, na medida em que tem servido como autêntica correia de transmissão partidária».

Lembra, depois, que o artigo 57.º estabelece que a liberdade sindical é condição e garantia da construção da unidade sindical dos trabalhadores para a defesa dos seus direitos e interesses. E, finalmente, o manifesto propõe a todos os trabalhadores portugueses e às direcções sindicais um esclarecimento completo sobre as várias correntes sindicais, nomeadamente quanto aos seus princípios doutrinários, meios e objectivos, especialmente no que respeita ao sindicalismo reformista (social-democrático), por forma a que estes possam optar, conscienciosamente, por aquela que entenderem melhor defender os seus direitos e interesses».

des problemas do mundo do trabalho (unidade sindical, desemprego, segurança social, controlo e participação na gestão, protecção à juventude trabalhadora e aos trabalhadores estudantes, etc), após o que se sugere o lançamento de um inquérito a todos os trabalhadores, por forma a obter, democraticamente (inquérito universal e secreto), um consenso nacional dos desejos da maioria dos trabalhadores portugueses.

Por último, chama a atenção para que se considere o direito de tendência não como uma forma de servir as forças antidemocráticas nas suas intenções totalitárias, mas como uma forma de expressão das várias correntes existentes no seio de cada sindicato».

★ OS PROBLEMAS DO MUNDO DO TRABALHO

Propõe, ainda, amplo debate a nível nacional, através dos órgãos de comunicação social, a começar pela TV., sobre os gran-

CONÉRUB
DO PORTO
7/9/1976

COIMBRA

SINDICATOS DA «CARTA ABERTA» VERSUS «INTERSINDICAL»

A cidade de Coimbra vai ser palco de mais um Encontro dos Sindicatos afectos à Comissão de Redacção da «Carta Aberta», que se propõem responder, na «capital do Mondego», às decisões tomadas pelos Sindicatos da «linha Inter» na reunião realizada no passado fim-de-semana, no Instituto Superior Técnico.

Pelo que nos foi dado apreciar, no último Encontro de Coimbra das organizações que se reclamam da «linha democrática», podemos desde já avançar que se vão radicalizar as posições dos «sindicatos democráticos», fortalecendo-se a opinião dos que nas anteriores reuniões denunciavam a capacidade de manipulação do Secretariado da Intersindical e defendiam que não se deviam fazer concessões.

Perante a «resposta» dada pelas direcções que estiveram presentes à «reunião geral» realizada no Instituto Superior Técnico, os «moderados» da «Carta Aberta» vão ter que concordar com os «radicais» (trabalhadores da Imprensa, Relojoeiros e Ourives do Sul, Telefonistas de Lisboa, etc.). E, por certo, do próximo Encontro de Coimbra, no dia 13 do corrente mês, sairão formas de luta que não permitirão uma conciliação a curto prazo.

Pensamos que os Sindicatos da «Carta Aberta» vão mover grandes esforços para conquistar a adesão das organizações que não estão afectas a uma ou outra linha, por forma a tomarem posição maioritária.

Contudo, que acontecerá quando se equilibrarem as forças numéricas? Favorecerá esse equilíbrio a união dos trabalhadores ou terá como consequência a formação de uma outra central sindical?

A grande dúvida perma-

nece, no momento em que o olhar do País se volta para as divergências do Movimento Sindical Português.

O Encontro do próximo

dia 13, em Coimbra, permitirá já fazer uma análise mais profunda. Por isso, está a ser aguardado com grande interesse.

PPD: «Pluralismo sindical divide os trabalhadores»

«A chamada lei da unidade sindical foi a geradora da maior desunião que se verificou entre os trabalhadores deste País, tendo sido a Intersindical o seu órgão manipulador e executivo, na medida em que tem servido como autêntica correia de transmissão partidária» — afirma-se no manifesto saído do Encontro Nacional dos Trabalhadores Sociais-Democratas (PPD).

No documento elaborado afirma-se ainda:

«O pluralismo sindical por um lado, divide e enfraquece os trabalhadores e, por outro, a unidade sindical (unidade imposta por lei) os amarra a paternalismos dirigistas de cúpula que se prestam a todos os golpes e manipulações.»

Logo a seguir diz o manifesto:

«O art. 57.º da nossa Constituição estabelece que a liberdade sindical e condição e garantia da construção da unidade sindical dos trabalhadores para a defesa dos seus direitos e interesses.»

Os trabalhadores sociais-democratas propõem:

«Esclarecimento completo sobre as várias correntes sindicais, nomeadamente quanto aos

seus princípios doutrinários, meios e objectivos, especialmente no que respeita ao sindicalismo reformista (social-democrático), por forma a que estes possam optar conscientemente por aquela que entenderem melhor defender os seus direitos e interesses.

«Amplio debate a nível nacional, através dos órgãos de comunicação social, a começar pela TV, sobre os grandes problemas do mundo do trabalho (unidade sindical, desemprego, segurança social, «controlo» e participação na gestão, protecção à juventude trabalhadora e aos trabalhadores-estudantes, etc.), após o que sugere o lançamento de um inquérito a todos os trabalhadores, por forma a obter democraticamente (inquérito universal e secreto) um consenso nacional dos desejos da maioria dos trabalhadores portugueses.

«Que se considere o direito de tendência não como uma forma de servir as forças anti-democráticas nas suas intenções totalitárias, mas sim como uma forma de expressão das várias correntes existentes no seio de cada sindicato.»

Rejeitado o princípio da paridade e eleita uma comissão organizadora

ref. au
7/9/76

Importantes deliberações foram aprovadas no decurso da Reunião Geral de Sindicatos realizada no último sábado no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, as quais foram tomadas apesar da ausência dos sindicatos subscritores da «Carta Aberta».

Com a finalidade de preparar o próximo Congresso, os trabalhos registaram a participação de 194 delegações (167 Sindicatos, 128 dos quais filiados na Intersindical e 39 não filiados, 8 Federações, 16 Uniões Distritais e 3 Uniões locais) em representação de um total de cerca de um milhão e quatrocentos mil trabalhadores.

Entre as decisões tomadas, salienta-se a rejeição do princípio de paridade, eleição de uma Comissão Organizadora Nacional (provisória) e a aprovação da designação do Congresso, bem como ainda a definição das tarefas imediatas que cabem à Comissão eleita.

De acordo com o comunicado final, esta foi «uma das maiores reuniões sindicais de sempre» apesar das «tentativas de desmobilização por parte de algumas Direcções Sindicais, apoiadas por certa Imprensa». Uma das moções aprovadas durante a reunião geral reverberava exactamente as atitudes referidas.

Entretanto, no que se refere à preparação do Congresso e que como acima acentuamos constituía o objectivo primordial da R.G.S., foram discutidas e aprovadas as seguintes resoluções: designação do Congresso como «Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses, pela Unidade dos Trabalhadores, pela Reestruturação da Intersindical Nacional — Central Única dos Trabalhadores Portugueses»; no Congresso participarão «todos os sindicatos portugueses filiados ou não na

Intersindical Nacional, que em absoluto pé de igualdade poderão discutir, propor e votar».

★ COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONGRESSO

Quanto à Comissão Organizadora Nacional (provisória) encarregada de preparar o Congresso, foram discutidos e aprovados os seguintes princípios: deverá representar diversificadamente as várias zonas geográficas do continente; os principais sectores de actividade; os sindicatos filiados e não filiados na Intersindical, de diversas formas de pensamentos, com real expressão no movimento sindical; e deverá ainda ser eleita em Reunião Geral de Sindicatos, a convocar para aprovação do Regulamento do Congresso. O princípio de paridade defendido pela Comissão de Redacção da Carta Aberta foi rejeitado por unanimidade. Como tivesse sido reconhecida a necessidade de não se protelar por mais tempo o andamento dos trabalhos de organização do Congresso, decidiu-se passar à eleição de uma Comissão Organizadora Nacional Provisória, que ficou assim constituída: Secretariado da Intersindical, Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas de Évora, Bancários do Sul e Ilhas, Construção Civil de Lisboa, Trabalhadores do Comércio de Lisboa, Trabalhadores da Construção Civil de Setúbal, Trabalhadores do Comércio de Coimbra, Electricistas do Norte, Trabalhadores de Escritórios de Lisboa, Trabalhadores de Escritórios do Porto, Ferroviários do Sul, Gráficos do Porto, Lanifícios de Leiria e de Coimbra (Castanheira de Pera), Metalúrgicos de Aveiro, Metalúrgicos de Lisboa, Metalúrgicos de Setúbal, Oficiais Pilotos, Comissários e Radiotécnicos da Marinha Mercante, Pescadores de Peniche, Químicos de Lisboa, Rodoviários de Lisboa, Rodoviários do Porto, Têxteis e Lanifícios do Sul, Vestiários do Porto e Vidreiros.

A Intersindical e as bombas

O secretário de Educação e Propaganda do Movimento Obrero Unido, de Porto Rico, enviou, à Intersindical, uma mensagem de «repúdio e solidariedade contra o atentado bombista, sofrido há dois meses por aquela central sindical».

A propósito desta mensagem refere a Inter, num comunicado:

«O isolamento de Portugal no Mundo é, felizmente, coisa do passado. Os trabalhadores de todos os países, as suas organizações sindicais, os governantes das nações que se regem por uma ordem democrática seguem, dia a dia, a marcha dos acontecimentos políticos do nosso país. O crédito — que nos possam dispensar — será o resultado da clareza da conduta política dos nossos governantes.

«Uma ordem política que tolere — mesmo que não proteja — o ataque bombista às organizações e aos partidos dos trabalhadores, a perseguição, a coacção, o despedimento, a agressão e o assassinio de homens progressistas — a maior parte das vezes com longas e honrosas provas dadas na luta contra o fascismo — é uma ordem política irremediavelmente condenada e isolada do convívio dos povos democráticos do Mundo.»